

POORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 384
Brasília-DF • Abril 2016



Fotos: M. de Freitas

Ribeira: Vale do sonho Guarani

Na região do Vale do Ribeira, na área de Mata Atlântica entre São Paulo e Paraná, diversas comunidades Guarani-Mbyá e Tupi-Guarani resistem com o propósito de viver de acordo com o modo de vida tradicional. A profunda ligação espiritual com a região alimenta o sonho da demarcação das terras e gera lições de como viver em comunhão com a exuberante paisagem.

Páginas 8 a 11

ENTREVISTA Lucia Rangel:
"Em defesa de seus privilégios históricos, a elite brasileira não aceita que direitos básicos sejam extensivos a todos"

Páginas 6 e 7

A economia verde, enraizada no capitalismo patriarcal, aprofunda as injustiças de gênero, com impactos diferenciados sobre as mulheres

Página 15

ONU e direitos indígenas

A relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, realizou uma missão internacional no Brasil, em março, para verificar denúncias de violação aos direitos indígenas. A sua equipe visitou terras indígenas em situação de conflito fundiário, símbolos da falta de garantia de direitos humanos e sociais destes povos, e se reuniu com lideranças de pelo menos cinquenta comunidades.

No Mato Grosso do Sul, na Bahia e no Pará a relatora da ONU se reuniu com representantes de populações indígenas. Nos dois primeiros casos para conhecer de perto as diferentes formas de violência que são cotidianamente empregadas contra os Guarani, Kaiowá e Terena e os Pataxó e Tupinambá, respectivamente. No Pará, a relatora conheceu vítimas típicas de megaprojetos de infraestrutura, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. As mesmas regiões foram visitadas pelo antecessor de Victoria na Relatoria Especial da ONU sobre Direitos Indígenas, James Anaya, em 2008. Victoria Corpuz veio ao país para constatar se, após oito anos, as recomendações de Anaya foram atendidas pelo governo brasileiro.

Durante a visita, ocorrida entre 7 e 17 de março, a relatora disse que a primeira impressão é a de que o Brasil possui uma série de disposições constitucionais exemplares em relação aos direitos dos povos indígenas, e que no passado o país deixou patente sua liderança mundial em relação à demarcação dos territórios indígenas. No entanto, na prática, durante a viagem de campo e as reuniões com lideranças, ela constatou que a lei parece ter virado letra morta porque, conforme publicou num relatório resumido, ao final da visita, nos anos que se seguiram à viagem de seu predecessor houve retrocessos extremamente preocupantes quanto à proteção dos direitos dos povos indígenas.

O relatório, portanto, evidenciou o que lideranças indígenas e indigenistas vêm denunciando reiteradamente. Há inúmeras tentativas da bancada ruralista de alterar a Constituição, suprimindo direitos assegurados. Entre Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC), mais de uma centena de proposições tramitam no Congresso Nacional. Uma das mais graves e mais combatidas pelo movimento indígena é a PEC 215/2000, que pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcação das terras indígenas e a titulação dos territórios quilombolas, além de legitimar a tese do marco temporal e o fim do usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas.

A relatora especial da ONU registrou o que viu nas aldeias em três áreas de extremo conflito e afirmou que os riscos enfrentados pelos povos indígenas estão mais presentes do que nunca, desde a adoção da Constituição de 1988. O puxão de orelhas de Victoria Tauli-Corpuz não era apenas retórico. Ela cumpria o papel designado por sua posição de comando desde que, em 1993, a ONU publicou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Esse documento estabeleceu as diretrizes internacionais a serem seguidas pelos países membros quanto ao tratamento do Estado nacional a essas populações, envolvendo direitos à terra, autodeterminação e direitos humanos. O Brasil é país membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), portanto, sujeito a sanções se romper com seus princípios.

A relatora da ONU destacou como questão premente a grande quantidade de ataques documentados e relatados contra povos indígenas. Citou dados publicados nos relatórios sobre violência, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), comparando 2007, quando 92 indígenas foram assassinados, e 2014, quando este número aumentou para 138. Para Victoria, com frequência, os ataques e assassinatos constituem represálias aos povos indígenas pelas retomadas de suas terras ancestrais depois de longos períodos de espera pela conclusão dos processos de demarcação.

A criminalização e a perseguição de comunidades indígenas e lideranças, relatadas à relatora especial da ONU, comprovam que as tarefas cobradas do governo brasileiro há oito anos não foram realizadas. A dívida histórica do país para com os povos indígenas só aumentou. A paralisação dos procedimentos demarcatórios provocou o acirramento dos conflitos, com dezenas de mortes e suicídios no período entre as visitas dos dois relatores da ONU. O governo brasileiro precisa cumprir a Constituição para aplacar a violência contra esses povos. Respeitar os territórios indígenas significa honrar compromissos que o Brasil firmou com a ONU e, acima de tudo, com os seus povos originários.

O movimento indígena continuará fazendo pressão dentro e fora do país para que esses compromissos sejam cumpridos. Continuará monitorando para que as recomendações oficiais, que ainda serão apresentadas pela relatora, em setembro, ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, sejam colocadas em prática, juntamente com as recomendações sugeridas pelo antigo relator, James Anaya. ♦

Porantinadas

Enigmático

De modo geral, a situação da saúde indígena no Brasil é carente de tudo: medicamentos, estrutura, profissionais, transporte... Enfim, trata-se de um caos generalizado, constantemente denunciado pelos indígenas. O intrigante é que as verbas para a área têm crescido significativamente ano após ano. De acordo com dados do portal Transparência Brasil, os repasses da União à Missão Evangélica Caiuá, com sede em Dourados (MS), subiram de R\$ 6 milhões para R\$ 433 milhões entre 2004 e 2015. Segundo veículos da imprensa, a Caiuá é a segunda instituição sem fins lucrativos que mais recebe recursos da União.

Incompreensível

Estudantes do povo Sabané, em Rondônia, utilizam material didático do povo Tupinambá, da Bahia. Livros para estudantes da Amazônia exemplificam animais com ilustrações de elefantes e girafas. Esta é a realidade surreal de crianças e jovens em escolas indígenas que não têm material didático específico para os seus povos. Segundo os dados do Censo Escolar de 2015, do Ministério da Educação (MEC), 46,5% das escolas indígenas no país estão nesta condição. Matéria veiculada pela Agência Brasil menciona casos em que os estudantes assistem aula em outro idioma, não têm acesso a materiais na própria língua e estudam a história de outro povo, apesar de desconhecerem a sua própria.

Ilegal

Durante a visita da relatora especial da ONU Victoria Tauli-Corpuz na Procuradoria Geral da República (PGR), no dia 7 de março, Davi Kopenawa, liderança do povo Yanomami, denunciou a contaminação causada por mercúrio em indígenas do seu povo e nos Ye'kuana, no norte de Roraima. Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), apontou que o nível de contaminação em algumas pessoas chega a 92,3%. Consequência da exploração de garimpo ilegal do ouro, que lança o mercúrio diretamente nos rios, a contaminação ocorre porque o metal entra na cadeia alimentar por meio da ingestão de água e peixes. Estima-se que cerca de seis mil garimpeiros atuem ilegalmente na área.

Descompromisso



ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDIGENA

www.cimi.org.br

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Dom Roque Paloschi
Presidente

Emília Altini
Vice-Presidente

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo

EDIÇÃO
Patrícia Bonilha – RP: 28339/SP
imprensa@cimi.org.br

CONSELHO de REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz, Benedito Prezia, Egon D. Heck, Nello Ruffaldi, Paulo Guimarães, Paulo Suess, Marcy Picango, Saulo Feitosa, Roberto Liebgot, Elizabeth Amarante Rondon e Lúcia Helena Rangel

ASSESSORIA de COMUNICAÇÃO
Patrícia Bonilha, Renato Santana, Ruy Sposati e Tiago Miotto

ADMINISTRAÇÃO:
Marline Dassoler Buzatto

SELEÇÃO de FOTOS:
Áida Cruz

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Licurgo S. Botelho 61 9962-3924

IMPRESSÃO:
Gráfica e Editora Qualyta 61 3012-9700

Faça sua assinatura:
adm.porantim@cimi.org.br

Setor de Diversões Sul (SDS)
Ed. Venâncio III, Salas 309 a 314
CEP: 70.393-902 – Brasília-DF
♦ 55 61 2106-1650

É permitida a reprodução das matérias e artigos, desde que citada a fonte. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

APOIADORES

caritas
LUXEMBOURG

BRIDDERLECH
DEELEN

Guardas indígenas

Devido ao descaso e à omissão dos órgãos do Estado no cumprimento de seus deveres, povos indígenas de diferentes regiões tomam para si a proteção e gestão das fronteiras dos seus territórios sagrados.

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Os rastros de esteiras de trator entre a mata fechada e os sulcos formados na terra úmida por pneus largos não deixam dúvidas. Mais adiante, empoleirados na caçamba da caminhonete da Fundação Nacional do Índio (Funai), os Myky avistam o caminhão carregado com troncos de árvores nobres. Está atolado. Três indivíduos, numa tentativa inglória de retirar o caminhão da lama, avistam os indígenas e fogem. O rumo deles seria o município de Brasnorte, noroeste do Mato Grosso, sede de uma dezena de madeireiras.

As autoridades são informadas, mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal não vão ao local para apreender o caminhão e localizar o proprietário, nem a madeireira, destino da carga ilegal. Dessa forma, os Myky seguem, dia após dia, fiscalizando a terra indígena, estruturando guardas. Conforme a cosmologia do povo, os espíritos dos mortos habitam essas árvores cobijadas por um mercado clandestino que podem terminar, por exemplo, numa bela mesinha de centro na sala de famílias mundo afora.

Em cidades como Brasnorte, por todo o país, as madeireiras não funcionam, via de regra, de maneira clandestina – ao contrário da retirada da matéria-prima de seus trabalhos lucrativos. Operam à luz do dia, empregam gente da própria região. Há casos em que os próprios indígenas, sobretudo os que se veem sem saída para combater a degradação de suas terras, lucram alguns poucos reais por tronco retirado. Nesse contexto, a constituição de guardas indígenas tornou-se a maneira mais eficaz para os povos protegerem seus territórios.

Os Pataxó da Terra Indígena Comexatiba, no sul da Bahia, montaram o que chamam de Guardiões da Floresta. Trata-se de uma guarda para fiscalizar o território. O Parque Nacional do Descobrimento, administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), está sobreposto à terra indígena. A área é uma parte considerável de Mata Atlântica do que se conseguiu preservar na região onde as caravelas de Pedro Álvares Cabral aportaram há 516 anos; e pode deixar de existir.

“Nas fronteiras do parque estão fazendas que utilizam agrotóxicos em larga escala e queimam a mata para transformar em pasto. Cerca não impede o fogo de correr. Caçadores são comuns no interior do parque e já expulsamos um bocado. Tem muita retirada de madeira também. Desde que retomamos essa área, plantamos 20 mil árvores nativas, mas percebemos que se faz necessário uma fiscalização nossa porque o ICMBio não faz como deveria”, explica o cacique Mandy Pataxó, da aldeia Alegria Nova.

No final do último mês de abril, os Pataxó se reuniram e criaram a guarda. “O objetivo maior é proteger a Mãe Natureza. Rios estão secando, fontes de água estão se acabando e isso repercute em toda a vida da floresta, nossas matas sagradas, que são moradas dos espíritos e dos animais. Tiramos os nomes das



Uma grande quantidade de madeira extraída ilegalmente da Terra Indígena Alto Turiaçu por invasores já foi apreendida pelos guardiões do povo Ka'apor em diferentes ações de proteção do seu território sagrado

crianças de plantas, árvores, animais. A mata é parte do Pataxó, um mesmo corpo”, diz Mandy. Conforme estudos da pesquisadora Maria Giovanda Batista, da Universidade Estadual da Bahia (UEB), dos 3 milhões de hectares que compõem a região, que conta ainda com a Terra Indígena Barra Velha, também Pataxó e onde se encontra o Monte Pascoal, 2 milhões são utilizados pelo agronegócio, sendo que 800 mil hectares são de plantações de eucaliptos.

Quando explode o conflito

Em 2013, o povo Ka'apor, da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão, realizou a sua primeira grande assembleia, onde foi debatida a importância da autonomia dos indígenas na gestão de seu território, por meio de um acordo de convivência que buscava erradicar “os vícios dos brancos nas aldeias, proteger nosso território, valorizar e fortalecer nosso jeito de ser Ka'apor”. Uma guarda foi criada para percorrer o vasto território em missões de semanas no interior da mata. A participação de indígenas na retirada de madeira deixou de existir, conforme os indígenas, e madeireiros são expulsos sempre que a guarda os encontra.

Casos recentes de assassinatos, atentados a tiros e invasões passaram a constituir uma guerra de baixa intensidade travada contra a guarda. Em dezembro de 2015, dois indígenas Ka'apor foram baleados por madeireiros. No dia 19 daquele mesmo mês, guardas florestais do povo Ka'apor, que atuam na proteção das matas e do território contra as queimadas e a extração ilegal de madeira, detiveram sete madeireiros do município Zé Doca, encontrados extraindo madeira dentro dos limites da área. A intenção dos indígenas era entregá-los ao Ibama. Em represália, mais de 20 madeireiros invadiram



Para defender a terra das queimadas, do roubo de madeira, do uso intensivo de agrotóxicos e dos caçadores, o povo Pataxó também se organiza em guardas

a aldeia Turizinho e, numa ação extremamente violenta, deixaram dois indígenas baleados.

Conforme a nota do Conselho Ka'apor na época, além da impunidade dos agressores e invasores, os indígenas sofreram com a criminalização na mídia local e foram acusados injustamente de manter um dos madeireiros como refém. “Os que invadiram a aldeia Turizinho, roubaram nossos equipamentos e materiais de trabalho na mata e atiraram em nossos guardas agroflorestais que estavam identificando focos de incêndios na região de Vitória da Conquista, estão andando livremente na cidade de Zé Doca, inclusive a pessoa que estão dizendo que está desaparecida”.

Algumas ações pontuais das autoridades públicas, porém, ocorreram neste ano. Em uma ação coordenada no último mês de março entre as polícias Federal, Rodoviária e Civil do Maranhão, junto com o Ministério Público Federal (MPF) e o Ibama, onze pessoas foram presas em flagrante e quinze serrarias que operavam ilegalmente na região foram interditadas, com fortes indícios de receptação de madeira ilegalmente extraída da terra indígena. A guarda Ka'apor participou da empreitada.

Ainda no Maranhão, a Terra Indígena Arariboia é outro exemplo onde a guarda indígena sofre represálias violentas. Entre os dias 26 de março e 22 de abril deste ano, os indígenas Aponuyre, Genésio, Isaias e Assis Guajajara foram assassinados. Os quatro compunham os quadros da guarda indígena. A fiscalização dos órgãos competentes na área, conforme os Guajajara, é ineficaz. Os povos que vivem na terra indígena – já demarcada e habitada também por índios Awá-Guajá em situação de isolamento voluntário – sofrem com a constante pressão de madeireiros. Entre o fim de 2015 e o início deste ano, um incêndio de grandes proporções devorou pouco mais de 30% da Arariboia e o Ibama declarou que a queimada teve origem criminosas.

Para os Guajajara trata-se de uma tragédia anunciada e o incêndio foi provocado pelos madeireiros, cada vez mais acuados e combatidos pela guarda. Há pelo menos seis anos uma enxurrada de denúncias revelou a ação dos madeireiros. Em 2011, uma equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), acompanhada por integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), entraram na terra indígena para averiguar denúncias de um ataque de madeireiros a um grupo Awá-Guajá isolado. Encontraram estradas abertas e um acampamento de madeireiros sendo erguido sobre uma área com vestígios da presença dos Awá. ♦

A memória ilumina o compromisso

Quando as balas assassinas mancharam de sangue a branca areia de Meruri, no Mato Grosso (MT), aldeia e missão se fundiram no martírio do padre Rodolfo Lunkenbein e de Simão Bororo. Era uma sinalização clara de que um novo tempo estava sendo selado em plena ditadura militar. Este segundo texto sobre os mártires aborda o compromisso com a transformação da ação indigenista missionária da época.

Egon Heck, *Secretariado Nacional*

No dia 5 de dezembro de 1978 encerrava-se o prazo estabelecido no Artigo 65 do Estatuto do Índio para o Estado brasileiro demarcar todas as terras indígenas no país. Essa data não apenas foi descumprida como traçou-se um direcionamento totalmente contrário ao propósito assumido pelo Estatuto. Ao invés de demarcar as terras tradicionais dos povos originários, a ditadura militar optou por um “projeto de emancipação” que, na realidade, pretendia exterminar os indígenas e, conseqüentemente, eliminar seus territórios. A obsessão em liberar as terras indígenas para o latifúndio e os seus bens naturais para a exploração capitalista fez com que praticamente não se demarcasse terras indígenas naquele período, com exceção da criação de alguns parques indígenas.

Em uma atitude radicalmente ousada, no final de dezembro de 1973, no apogeu da ditadura, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) publicou, de modo clandestino, *Y Juca Pirama, o índio aquele que deve morrer*. Nesse documento profético, de denúncia e anúncio, os bispos e missionários expressam seu compromisso com a causa indígena, em franca oposição à política indigenista do governo militar: “Nada faremos em colaboração com aqueles que visam ‘atrair’, ‘pacificar’ e ‘acalmar’ os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios e outras riquezas[...] chegou o momento de anunciar, na esperança, que, aquele que deveria morrer é aquele que deve viver”.

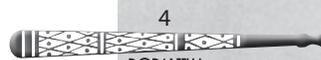
É justamente na luta pela terra que os mártires encontram a sua principal causa. Em junho de 1975, em sua I Assembleia, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) definiu, claramente, a demarcação e garantia das terras indígenas como sua linha central de atuação. Infelizmente, esta continua sendo, até hoje, a primordial razão das violências praticadas contra os povos indígenas no Brasil.

Segundo escreveu o teólogo Paulo Suess, em *A Caminhada do Cimi 1972-1985*, as linhas de atuação do Cimi encontram sua convergência “num objetivo comum e prático, na liberação integral dos povos indígenas, da Igreja e de toda a sociedade. A terra e a autodeterminação dos índios não se conquistam apenas nas aldeias. Precisam também ser conquistadas diante do trono e do altar, nas escolas e nas sacristias, nas câmaras e nos tribunais, nas comunidades de base e nos sindicatos.[...] A pastoral indigenista, cuja tarefa é manifestar e comunicar a caridade de Deus, acompanha as lutas e esperanças dos povos indígenas. Seu êxito depende da conscientização e educação da sociedade nacional para a prática da justiça, da paz e da solidariedade”.

A fatal luta pela terra

No início dos anos de 1970, povos do norte do Mato Grosso, como os Bororo e os Xavante, pressionavam o governo para que demarcasse com urgência as suas terras. Em 1975, em uma Assembleia Indígena realizada na Aldeia Meruri, localizada no município de General Carneiro, no Mato Grosso, diante do fato de que as poucas terras estavam sendo cada vez mais invadidas e diminuídas e os indígenas constantemente ameaçados, Eugenio Bororo afirmou: “Não vamos esmorecer. Vamos lutar sempre, custe o que custar. Vamos sofrer e, se preciso, até morrer para a melhora pros nossos filhos” (Boletim do Cimi, julho de 1976).

No ano seguinte a situação parecia estar se tornando mais favorável ao povo Bororo. Na noite de 14 de julho de 1976, o padre Rodolfo Lunkenbein celebrou uma missa de ação de graças para celebrar que a medição da terra indígena tinha começado. No entanto, esta foi sua última missa.



“Em junho de 1975, em sua I Assembleia, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) definiu, claramente, a demarcação e

Narrativas sobre uma tragédia

Dois depoimentos de testemunhas que presenciaram o massacre na Aldeia Meruri, ocorrido em um momento em que a luta do povo Bororo pela demarcação e desinvasão de suas terras parecia, finalmente, tornar-se realidade.

Padre Gonçalo Ochoa:

“Pelos 10 horas da manhã, encontrava-me na sede da Colônia Indígena Meruri, de saída para o campo, onde o padre Rodolfo Lunkenbein, diretor da mesma colônia, se encontrava trabalhando, junto com três Bororo. Quando me avisaram que havia gente procurando pelos padres, e vi que muita gente conhecida estava chegando em vários carros C10 e outros, fui cumprimentá-los. Logo percebi que João Marques de Oliveira (João Mineiro), José Antônio Guedes Miguel e Alaor Borges procuravam monopolizar a conversa, dirigindo insultos e ameaças contra mim e o padre. Rodolfo. João Marques de Oliveira, principalmente, não se limitou às palavras mas usou as mãos, me empurrando e tirando-me os óculos. Estavam resolvidos a impedir a demarcação da reserva dos índios Bororo de Meruri, que tinha começado nessa mesma semana.

Não querendo aceitar nenhum raciocínio, continuaram reclamando a presença do padre Rodolfo, querendo, inclusive, ir ao lugar onde ele se encontrava. Poucos minutos depois, padre Rodolfo chegou com os seus colegas de trabalho. Ele manteve a calma e procurou esclarecer sobre o processo da reserva. Disse que, como responsável pela colônia, cabia-lhe o dever de comunicar o ocorrido às autoridades competentes. Estando em pé na porta do escritório, ele escreveu os nomes dos presentes.

Quando já quase todos estavam nas suas viaturas, João Mineiro, estando na frente do padre Rodolfo perto de um carro,

começou a dirigir-lhe insultos e ameaças explícitas. Nisso João Mineiro começou a empurrar o padre e faltou-lhe ao respeito de fato. Perante o qual as senhoras Bororo começaram a reclamar e os poucos Bororo que ali estavam procuraram segurar João Mineiro, que estava armado, procurando pegar a arma que carregava na cintura. Nesse instante começou o tiroteio da parte dos invasores, pois os Bororo além de ser poucos estavam totalmente desprevenidos e desarmados.

Olhei espantado para a turma e vi Manoel Borges (vulgo Preto) empunhando a arma e atirando no grupo. Vi no instante em que atirava em uma velha Bororo que avançava para acudir seu filho Simão, gravemente ferido. Procurei me proteger atrás de um carro, mas nesse momento escutei gritos: “padre Rodolfo”, “padre diretor”. Todo cuidado foi inútil e depois de uns 25 minutos de agonia o padre expirava.

Os outros doentes estavam sendo acudidos pelas irmãs e pelos familiares. Simão, índio Bororo de uns 35 anos tinha sido baleado e esfaqueado, estava agonizando. Lourenço Rondon, filho do chefe, baleado no peito... no momento que o avistei, estava no dormitório do colégio. Gabriel Santos, índio Bororo, motorista e mecânico, tinha recebido uma facada. A mãe de Simão tinha recebido uma bala que lhe atravessou o braço direito. José Rodrigues, jovem de 19 anos, tinha sido atravessado por uma bala na perna direita. A notícia do ocorrido foi transmitida logo para Campo Grande e dali para o Brasil e para a Europa”.

Sonho, utopia e luta

Padre Rodolfo foi entusiasta de uma nova presença missionária junto aos povos indígenas. Ele participou ativamente das mudanças, apoiando iniciativas dos povos indígenas e transformações da ideologia e prática missionária. Atuou como membro do Conselho do Cimi entre 1974 e 1976, contribuindo com suas experiências e reflexões com o processo de mudanças que se aceleraram a partir da criação desta entidade, em 1972.

Rodolfo tinha abertura de espírito, disposição para o diálogo e muita fé. Com grande determinação, estava focado em, aos poucos, transformar a Colônia Indígena de Meruri, integrada por um internato para crianças indígenas e não indígenas, num centro de fortalecimento da identidade e cultura Bororo, da

resistência cultural e da luta por seus direitos, especialmente o território.

O sonho de uma transformação radical na ação indigenista missionária é que movia a vida de Rodolfo no contexto político e eclesial. Era essa nova missão que impelia Rodolfo e centenas de missionários, articulados no Cimi.

Na atual conjuntura em que missionários desta entidade sofrem ameaças de violência e criminalizações, em que o próprio Cimi é alvo, mais uma vez, de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), e é caluniado como uma organização criminosa, buscamos forças e energias em nossos mártires e renovamos nosso compromisso com os povos indígenas, seus direitos e projetos de vida, até as últimas consequências.

A raivosa ditadura militar

Enquanto índios e missionários eram assassinados em defesa dos direitos indígenas, especialmente a terra, o governo militar não escondia seu intuito de exterminar estes povos e, conseqüentemente, os seus territórios. Para isso, era importante também combater os aliados dos povos.

Nesse sentido, o general Rangel Reis, Ministro do Interior, revelava abertamente o seu desprezo à atuação da Igreja Católica, especificamente do Cimi, naquele período: "A posição da Igreja Católica é sonhadora, feudal e atrasada com relação aos índios [...] Nunca vi uma missão religiosa cuidando do índio para que ele progrida; as missões só querem catequizar as tribos, enquanto o índio continua miserável para toda a vida [...] Não reconheço o Cimi como porta-voz de coisa nenhuma, e nem como órgão capaz de contribuir com qualquer coisa" (ESP, 27/12/1976).

O general também não tinha pudor em anunciar seus planos para a política indigenista: a "emancipação" das comunidades indígenas de modo que "através de um trabalho concentrado entre vários ministérios, possamos reduzir para 20 mil os 220 mil indígenas existentes no Brasil; e, daqui há 30 anos, todos eles estarem devidamente integrados na sociedade nacional". Nesse sentido, ele pretendia "acabar com o ensino bilíngue nas aldeias porque, além de ser uma perda de tempo e dinheiro, é uma maldade exigir que meninos de seis e sete anos sejam alfabetizados em duas línguas; qual o objetivo disso?... Também é fundamental afastar todo o trabalho das missões relacionadas com os índios – sejam elas protestantes ou católicas" (Boletim do Cimi nº 4, jan/fev de 1977).



Simão Bororo e padre Rodolfo Lunkenbein foram mortos na Aldeia Meruri por fazendeiros contrários à demarcação da terra indígena: este fato continua a se repetir, 40 anos depois

Reconhecimento e saudade

"Mártir da Igreja Missionária de hoje – aquela que busca conhecer e respeitar a vida e a cultura dos povos, dando-lhe todas as condições para poderem continuar com a pujança de sua expressão, principalmente espiritual –, você, amigo Rodolfo, perdeu a sua vida, roubada pela mão daqueles que não concordavam com essa nova Igreja Missionária, e não concordam! Que a sua vida oferecida em holocausto pela causa indígena do Brasil e do mundo seja o início de uma Redenção desses povos. Simão, índio Bororo, e Rodolfo, missionário salesiano, sementes de Redenção". (Thomaz Lisboa, missionário, vice-presidente do Cimi)

"Esta tarde celebramos, com a morte gloriosa de Cristo, a morte gloriosa do Rodolfo e do Simão, o sangue da Tereza, do Lourenço, do Zezinho e do Gabriel, a angústia e a solidariedade do Ochoa, dos Bororo, dos missionários salesianos

de Meruri! 15 de julho é uma data histórica na história da nova Igreja Missionária. Rodolfo e Simão são mais dois mártires, desfeitos no amor, segundo a Palavra do Cristo: O índio deu a vida pelo missionário. O missionário deu a vida pelo índio. Para todos nós, índios e missionários, este sangue de Meruri é um compromisso e uma Esperança. O índio terá terra! O índio será livre. A Igreja será índia!". (Dom Pedro Casaldáliga e padre Leopoldo Belmonte)

"Padre Rodolfo ficaste alegre até a sua vez. Servo de coragem até a morte. [...] Muito obrigado. O teu sangue se transforma em união com a comunidade Bororo. Você que deixou saudade através de tanto benefício, sacrifício, caridade e também alegria. Você, grande homem de alta qualidade, que o mundo copie seu grande exemplo. Muito obrigado! (Bruno Mariano Bororo) ♦



garantia das terras indígenas como sua linha central de atuação"

Eugênio Rondon, indígena Bororo:

"Eu estava em casa, já na hora do almoço. Nesse meio tempo chegou essa caravana, uns seis veículos. Eu, vendo aqueles veículos, fiquei um pouco perturbado. Mas não maliciei nada, não. Acabei de almoçar e falei 'eu vou ver o que é aquele movimento'.

Cheguei aqui no colégio e logo encostei na diretoria. Ai, percebi. Eles iam insultando o padre Ochoa, que, com muita paciência, não se alterou. Nós querendo apaziguar, o padre falando com jeito para não ter alteração. Que eles fossem embora, que se entendessem com a Funai. A cabeceira mais forte era João Mineiro, que, na noite anterior, passou a noite inteirinha ajuntando os fazendeiros num só lugar para poder combinar o dia seguinte e dar o ataque aqui na Colônia. Ele falou na pensão que esse dia era deles fazer uma farofa do padre Gonçalves.

E logo exigiram que eles queriam a presença do diretor (padre Rodolfo). Então, mandamos chamar urgentemente o diretor, o qual chegou uns cinco minutos depois. E aí eles foram conversando, e nosso diretor exigiu que ele queria tomar nota dos nomes de todos presentes. Aí João Mineiro recusou e falou para toda a companhia que ninguém desse o nome... O nosso diretor foi até lá no veículo para ver se descia tudo, as tralhas dos agrimensores, e nesse meio tempo o João Mineiro foi alterando com o nosso diretor. Dando empurrões, insultando o padre, depois, puxando o seu parabellum, deu um tiro no padre...

E os Bororo, vendo aquilo, foram acudir o padre. De mãos limpas, nem canivete eles tinham consigo... O Bororo preferiu morrer inocente, sem ter uma ferramenta na mão. E por isso vários deles ficaram feridos. Só para acudir o padre. O nosso diretor recebeu cinco tiros, entre os quais João Mineiro, o tal de Preto e cunhado do João Mineiro... E os outros índios, eram outros companheiros que estavam ali, vizinhos, viram que os Bororo grudaram no primeiro que avançou no padre. Então, os outros, de longe, atiram nos Bororo. Foi por isso que eles ficaram ofendidos... e faleceu, o Simão".

“Os privilégios precisam ser contidos no Brasil”

Com vasta experiência no trabalho com dezenas de povos indígenas, a antropóloga e professora Lucia Rangel avalia que vivemos tempos em que a direita organizada não tem mais medo de se mostrar como, de fato, é: racista e violenta. Por outro lado, nesta entrevista ao *Porantim*, ela apresenta elementos da cosmovisão e filosofia indígenas que apontam perspectivas para um outro futuro.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Nascida no interior de São Paulo, a motivação da jovem Lucia Helena Rangel para estudar Ciências Sociais na capital do estado num período “bravo” da ditadura militar veio do ministro da Educação na época, Jarbas Passarinho. “Ele deu uma declaração dizendo que era preciso fechar esse curso porque ele formava comunistas. Como eu era revolucionária e estava certa de que iria fazer a revolução, decidi que esse era o curso que eu queria fazer”, lembra, com leveza. Por meio dos “melhores professores do curso”, nominalmente Carmen Junqueira e Edgard de Assis Carvalho, conheceu a antropologia, o marxismo, as questões indígenas. Durante os quatro anos de graduação, dedicou-se muito ao estudo da antropologia, área em que fez seu mestrado e o doutorado, sempre na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde atualmente é assessora da Pró-Reitoria de Graduação, além de docente. Desde 1989 Lucia assessora o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nas questões relacionadas à área a qual dedicou sua vida. O início desta jornada, de quase três décadas, foi com o povo Jamamadi, no município de Boca do Acre, “a cidade mais bacana do Brasil, um encanto”, se desmancha. Posteriormente, passou a trabalhar com os outros povos do Acre, contribuindo com as demais equipes do Regional Amazônia Ocidental. Há 22 anos Lucia é a responsável pela disciplina de antropologia do curso anual de Formação Básica do Cimi e há dez anos coordena a publicação do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*. Tendo rodado por muita estrada e navegado por diversos rios Brasil afora, vivenciado o cotidiano de muitos povos indígenas e tido a oportunidade de participar de incontáveis rituais e experiências desconhecidas para a maior parte da sociedade brasileira, Lucia é categórica em revelar: “Já mudei bastante de posição política, mas nunca vou deixar de reafirmar alguns princípios e nunca vou abrir mão de estar junto das camadas e classes sociais mais vulneráveis e dominadas”.

Porantim - Qual o diferencial e a importância da atuação do Cimi para os indígenas e para a sociedade como um todo, já que ele é tão criticado, especialmente pelos ruralistas?

Lucia Rangel - O Cimi é criticado porque está com os indígenas. Sua prática é solidária, uma prática de compromisso com os povos indígenas. Uma crítica que se ouvia muito antes era de que o Cimi só queria falar de demarcação e terra. Dizia-se: “afinal, a vida não é só terra e demarcação; e faz o quê com a terra depois?”. Como se os povos indígenas não fossem os primeiros a reivindicar a sua terra. Na construção do Cimi, a sensibilidade histórica foi justamente perceber a importância da terra para os povos indígenas. Repetir o mesmo princípio por décadas para algumas pessoas, entidades ou segmentos da sociedade é enfadonho. “Pôxa, só falam nisso!”. Mas trata-se de um princípio do qual os indígenas não abrem mão de jeito nenhum. O Cimi é criticado pela sua posição política de defender, com radicalidade, os direitos indígenas. Além de defender, teve também um papel decisivo na formulação dos direitos indígenas, tanto dos que entraram na Constituição Federal de 1988 como de outros, posteriores. Ninguém sabia como seriam esses direitos. A reflexão sobre os direitos indígenas é profunda

e, evidentemente, não é exclusiva do Cimi, mas ele teve um papel fundamental em todo este debate. Inclusive na divulgação destes direitos para grande parte da própria população indígena, que não era conhecedora dos seus direitos, então recentemente conquistados.

Porantim - A que a senhora atribui o constante crescimento da violência e das violações contra os povos indígenas no Brasil?

Lucia Rangel - Houve um primeiro movimento social popular das categorias que perceberam a importância de lutar por seus direitos e conseguiram a efetivação de muitos avanços. Ao mesmo tempo, assistimos a uma germinação - que, até uma determinada época, era obscura, ainda estava escondida - da reivindicação do privilégio historicamente garantido. Com o avanço da conquista de direitos, o receio da perda de privilégios começa a tomar corpo. “Como eu vou perder meu privilégio? Eu, fazendeiro, banqueiro, da elite, esclarecido...”. A ampliação dos direitos sociais e da cidadania aparece para uma parcela significativa da sociedade brasileira como uma diminuição de privilégios. E, de fato, é. Mesmo porque os privilégios precisam ser contidos no Brasil já que nunca tiveram limites. Mas as elites não podem explicitar que são contra a diminuição dos seus privilégios, então se opõem aos direitos sociais conquistados pelas camadas menos favorecidas da população que, na sua visão, não têm limites. Querem, então, limitar e retirar direitos sociais, direitos humanos. Não podem aceitar que direitos básicos sejam extensivos a todos. Este não é um problema só do Brasil. Também ocorre em países da América Latina e países asiáticos, como a Indonésia e a Filipinas, que também possuem populações indígenas e tradicionais.

Porantim - Este é o motivo de, em pleno século XXI, ainda haver tanto preconceito e racismo contra os povos originários brasileiros?

Lucia Rangel - Sim, neste século este processo de não aceitação dos direitos humanos e indígenas, por exemplo, agudizou porque a semente da direita não só germinou, como brotou e está crescendo. No Brasil, a elite está se organizando crescentemente nos mais diversos setores, ampliando concepções com ressonâncias religiosas e ideológicas. O Congresso Nacional nunca foi tão ideológico como é hoje. As bancadas ruralista, da bíblia e da bala são organizadas previamente. Os deputados são eleitos com base nestas organizações que podem tomar a forma de um partido político, mas têm uma forma ideológica que espelha a necessidade de dominar e não admite que suas ideias não sejam prioritárias. Estas alianças vão se concretizando e se refletem no racismo, que devia estar superado já. A lei antirracista Afonso Arinos é de 1951, tem mais de cinco décadas. Em um primeiro momento, a sociedade se inibiu em continuar expressando o que pensava de fato. Mas, em um segundo momento, decidiu não mentir mais. A concretização destas alianças todas fortalecem estas posições. E você tem os assassinatos de jovens negros, de indígenas, os suicídios, problemas dos mais variados, que decorrem diretamente do racismo. É uma violência racista.

Porantim - A partir destes dez anos na coordenação do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, a senhora percebe alguma mudança significativa na realidade dos povos?

Lucia Rangel - O que mais se revela é justamente este aumento do racismo, da violência, o descaramento desta postura antidireitos humanos, antidireitos indígenas. Mas existe um outro lado. As denúncias das violências serviram também para proteger algumas comunidades; alguns povos indígenas foram beneficiados. Alguns processos de demarcação que estavam emperrados há anos acabaram saindo. O processo da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é exemplar nesse sentido, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) passa a ter conhecimento dos direitos indígenas que eles mesmos não conheciam. Os ministros tiveram que estudar, conhecer as leis e acompanhar algumas histórias de realidades que desconheciam. As denúncias de violência têm tido alguns efeitos também, por exemplo, na saúde indígena, porque antes o Estado não fazia a sistematização de dados e o registro dos problemas nesta área. Em algumas áreas a denúncia chegou até mesmo a melhorar o atendimento; em muitas outras ainda não. Há um longo caminho a percorrer, mas o registro dos dados de mortalidade infantil, suicídio e outros já é um ganho significativo. Mesmo que os órgãos do Estado teimem em sonegar estes dados quando a gente os solicita. O filósofo italiano Giorgio Agamben afirma que contemporâneo é ter coragem de penetrar no lado escuro da realidade. A sistematização dos dados de violência que fazemos é, portanto, atual e contemporânea. O relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* é, sem dúvida, um instrumento que penetra o lado escuro da nossa realidade.

Porantim - Por que a demarcação do território tradicional é tão significativa para um povo?

Lucia Rangel - Demarcar é limitar, é cercar, é confinar um povo indígena a um território que tem um limite, quando antes estes limites não existiam para eles. Mas, por outro lado, estes limites da demarcação física do território protegem os indígenas da contínua penetração dos empreendimentos econômicos, que vão “comendo” suas terras ancestrais e levaram ao estabelecimento da propriedade privada. Estes limites colocam um breque no avanço da cerca do latifúndio, no muro da hidrelétrica, na margem da estrada, em tudo aquilo que rasga o território indígena, e que foi deixando os indígenas e as populações tradicionais sem chão, sem terra; porque o ideal da sociedade ocidental é que não existam terras que não sejam propriedades privadas. Além deste fundamental aspecto jurídico e político, outro aspecto não menos importante é o modo de reprodução social próprio destes povos, com base em uma forma de territorialidade. A reprodução da sociedade indígena de

“A ampliação dos direitos sociais aparece para uma parcela significativa da sociedade brasileira como uma diminuição de privilégios. E, de fato, é. Mesmo porque os privilégios precisam ser contidos no Brasil já que nunca tiveram limites”



“Esta mentalidade dos povos indígenas faz muita falta para nós. Ela é do futuro porque significa explorar menos, consumir menos, respeitar mais e ter esta consciência de que a vida pulsa da mesma maneira para todos os seres, vegetais, animais, sobrenaturais”

que algo que aconteceu há um século ainda é presente para os povos indígenas, não é passado. A presença dos chamados brancos na terra indígena foi bem-vinda até uma certa época, mas se expandiu muito e passou a acuar os povos. Mesmo assim, de certo modo, eles ainda estão esperando que o branco saia, volte para o seu espaço e devolva o deles. Alguns antropólogos afirmam, a partir das suas experiências, que para os povos indígenas a natureza não existe e o tempo tem outra concepção. E tem mesmo. Quando um indígena conta um mito da origem do seu povo, por exemplo, a presença do branco é incorporada neste mito. O mesmo herói que criou aquele povo, criou o branco. Aí o branco fez algo que desagradou o herói e ele mandou o branco pra longe; e agora ele voltou. Nunca converse com um indígena e queira que ele estabeleça uma cronologia com a nossa racionalidade. A cronologia indígena, muitas vezes, não distingue passado, presente e futuro. Um caso interessante é o do povo Zoró, que teve sua terra demarcada na esteira da implementação do Polonoroeste, em Rondônia. Devido a uma série de denúncias de violações houve quase a obrigação de demarcar a terra. Os indígenas fizeram parte dos Grupos de Trabalho, indicaram os limites, os locais sagrados, acompanharam de perto todo o processo. Depois da demarcação, um chefe de uma família Zoró procurou uma missionária do Cimi e disse a ela “agora queremos que demarque a nossa aldeia que ficou fora”. Questionado pela missionária se aquela não seria a sua terra, ele respondeu que não, que eles estavam ficando naquela aldeia porque eram poucos membros naquele momento. Então, levou a missionária para conhecer a sua aldeia, onde havia vestígios de fogueira, de casas, e uma ampla área que havia ficado fora da demarcação. Agora, com sua família maior, ele achava possível restaurar a sua aldeia e queria que fosse feita a demarcação dessa outra área. Claro que há também uma não compreensão de um processo construído e dominado pelos brancos, mas esse caso também revela uma outra concepção do tempo. Claramente, para ele a demarcação não tinha ficado no passado. Isso nos coloca em dificuldades porque a lei não percebe estas outras concepções, conceitos e filosofias. Para entendermos, seria preciso romper nosso modo de compreender o tempo, a história, a vida.

Porantim - São crescentes as iniciativas de construção de narrativas indígenas feitas pelos próprios povos, através de blogs, documentários, livros, programas de rádio e filmes, dentre outras. De que modo elas colaboram para a sociedade não indígena compreender melhor suas distintas realidades?

Lucia Rangel - Muitos povos manifestavam incômodo com o fato do conhecimento a respeito deles ser feito apenas através das pesquisas e dos estudos realizados por antropólogos, pesquisadores, padres, missionários. Então, é evidente esta necessidade de querer falar sobre si mesmo. E hoje há recursos muito interessantes disponíveis, com o acesso facilitado à internet, filmadoras, etc, que permitem

A antropóloga Lucia Rangel considera que as elites, em defesa de seus privilégios históricos, se opõem aos direitos sociais conquistados pelas camadas menos favorecidas da população: “Não podem aceitar que direitos básicos sejam extensivos a todos”

uma comunidade x ou do povo y está vinculada à existência dentro de um território próprio, ao uso dos recursos nele existentes, às suas formas de produção, etc.

Porantim - Os povos indígenas são constantemente vinculados ao passado. No entanto, alguns pesquisadores defendem que a sociedade não indígena tem muito que aprender com eles, que deveriam ser uma referência de futuro para nós. Como a senhora avalia estas reflexões?

Lucia Rangel – Esta é uma ideia fundamental para todos nós. A gente dizia que a cidadania brasileira só tem a ganhar com o respeito aos povos indígenas, por exemplo, assim como também com o respeito aos quilombolas, camponeses e outras populações que vivem em contato mais direto com a natureza. Porque o respeito sempre reverte pra gente mesmo, assim como também o desrespeito. Quando você defende que a polícia mate os “bandidos”, uma hora ela pode matar seu filho também. O respeito à diversidade sempre nos fará bem. Em relação ao futuro, sem dúvida, temos muito que aprender com os modos através dos quais estes povos lidam com a natureza, com a terra, com os recursos naturais. Não apenas de modo material, em relação às técnicas de manejo, à diversidade agrícola, variedade de sementes, de tubérculos, ao manejo florestal. Há também o aspecto imaterial, da concepção de mundo, de vida. Reconhecer a nossa vida na própria natureza. Então, a partir desta concepção, somos todos seres vivos, os animais, as plantas, os acidentes geográficos. Esta concepção é, na verdade, do passado, é milenar, ancestral, foi sendo

burilada, mas continua presente na mentalidade dos povos indígenas da América Latina e do mundo todo. E é uma mentalidade que faz muita falta para nós. Ela é do futuro mesmo porque significa explorar menos, consumir menos, respeitar mais e ter esta consciência de que a vida pulsa da mesma maneira para todos os seres, vegetais, animais, sobrenaturais. Nos colocar dentro desta visão faz bem pra todos e, sobretudo, para o planeta, que, certamente, não ficará intacto, mas passará a ser melhor tratado.

Porantim - Compartilhe com a gente algum conceito ou ritual indígena que impressiona a senhora.

Lucia Rangel - A concepção de tempo para os indígenas. Ele flui, volta, anda pro lado, se repete... Há noções que não operam mais na nossa razão. Isso vem da sedimentação de uma visão de tempo que hoje chamamos de cartesiano, mas que é da Antiguidade, que estabelece esta visão de tempo sequencial, irreversível e que tem uma direção única. O marco temporal que fundamenta a sociedade ocidental é o “Antes de Cristo” e o “Depois de Cristo”, que começou a contar o tempo da civilização. Nesta lógica, hoje temos 2016 anos. Para nós, é muito difícil compreender que o tempo não é algo que corre a partir deste fracionamento que fizemos dos segundos, que nossos relógios nos mostram. Este fracionamento do tempo que o divide na mesma direção – passado, presente e futuro – concebe um tempo desconhecido à frente, para o qual eu devo me preparar, estar prevenido; então, devo poupar dinheiro para a aposentadoria, vou comprar o jazigo no cemitério... Para nós, é difícil entender

que os indígenas expressem suas vidas e concepções através do que eles próprios constroem. A educação indígena, teoricamente, tem esta função de oferecer um instrumento para que eles possam criar e expressar seu modo de ser. Ela permite ao indígena dominar duas línguas com o mesmo código escrito, colocando-as numa situação de equivalência e oferecendo maior segurança a eles e possibilitando que se tornem acadêmicos, professores, escritores. E aqueles que não necessariamente vão para a universidade também têm estes recursos a mão. Estas narrativas feitas pelos indígenas são mais que necessárias. Temos que aprender com eles a partir do que consideram a melhor e mais justa narrativa. ♦

Ribeira: Vale do sonho Guarani

Região que abriga a maior área de remanescentes da exuberante Mata Atlântica, considerada um dos “bolsões de miséria” do país, é território tradicional de um povo incansável na busca da Terra Sem Males e que tem na palavra e na espiritualidade as suas principais referências.

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

Sete municípios do Vale do Ribeira, no lado paulista dessa bacia hidrográfica, abrigam 15 aldeias (*tekoha*) onde vivem pelo menos 600 Guarani-Mbyá e Tupi-Guarani (autoidentificação atual dos grupos Nandeva do litoral paulista). Os nomes das cidades, dos bairros, dos vilarejos revelam que a região sempre fez parte do *Yvyrupá*, território único dos Guarani, desde que foram criados por *Nhanderu*. Pariquera-Açu, Miracatu, Jacupiranga, Iporanga, Taoca, Jucituba, Cananéia, Iguape, Apiaí, Juquiá e Itapirapuã evidenciam a ocupação histórica dos Guarani na região.

As aldeias são semelhantes, quase sempre aos pés de serras muito verdes, sinais da preservação característica dos indígenas. As casas e roças se dispõem, em geral, na parte plana da aldeia. As plantações de frutas e de alimentos básicos, como batata-doce, mandioca e milho tradicional (*avaxi-ete*), se espalham, respeitando a geografia, alternadamente, para não exaurir os recursos naturais, num claro respeito Guarani à terra, em contraposição aos monocultores. Algumas áreas pleiteadas por essas comunidades se sobrepõem a Unidades de Conservação Ambiental, dificultando o uso pelos indígenas e a regularização fundiária.

A venda de artesanato e os benefícios sociais reforçam a economia baseada na agricultura de subsistência. A pesca e a caça são sazonais, respeitando os ciclos da natureza, de acordo com preceitos religiosos e éticos orientadores do cotidiano Guarani. A mobilidade das famílias é intensa, guiada pelos sonhos inspirados por *Nhanderu*, em busca de melhorias, para ajudar parentes, ou tentar resgatar locais de uso tradicional. O professor Timóteo da Silva, ou Werá Tupã Popyguá, da Aldeia Takuari, em Eldorado, explica: “O Guarani sempre está em movimento, em circulação. Pra essa movimentação, tem muita orientação: pra visitar, pra troca de sementes. Antes do *jurua* (não indígena) chegar aqui o Guarani já tinha ocupação na região e acreditava no sonho, com *Nhanderu* mostrando que ele tem que ir pra tal lugar, então, ele sempre caminhava, guiado pela nossa própria forma de crença”.

Cenário de beleza natural e precariedade da Aldeia Pindoty repete-se na maioria das comunidades indígenas ao longo do Rio Ribeira



Fotos: M. de Freitas

Saulo Guarani, da Aldeia Ambá Porá, em Miracatu, questiona quem os chama de nômades, por causa da mobilidade: “Muitos antropólogos e historiadores usam esse termo, que é muito preconceituoso porque estamos vivendo dentro do nosso território. A faixa litorânea do Brasil, parte da Argentina e do Paraguai foi declarada nosso território pelos Guarani antigos. O Guarani não está parado, sempre se movimenta através dos ciclos da natureza. O Guarani mantém essa ligação muito forte com a natureza e caminha”.

O território tradicional Guarani-Mbyá engloba a região de Misiones na Argentina, o leste paraguaio, o norte do Uruguai, os estados do sul do Brasil e o litoral, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Incluindo os que vivem na Bolívia, os Guarani somam pelo menos 225 mil pessoas. Divididos em três subgrupos no Brasil – Mbyá, Nandeva e Kaiowá – formam uma das maiores populações indígenas do país, com mais de 53 mil pessoas.

Pariquera-Açu

No município de Pariquera-Açu está a Terra Indígena (TI) Pindoty-Araçá Mirim. De posse permanente dos Guarani-Mbyá, a área em estudos de identificação desde 2010 aguarda a publicação do despacho da presidência da Funai para a oficialização dos seus limites, que englobam as aldeias Pindoty e Araçá Mirim. O processo de demarcação física e a homologação das áreas, geralmente, têm sido demorados e dependem da vontade política dos governantes de plantão.

Na Aldeia Pindo-Ty (*pindo* = palmeira, *ty* = lugar) vivem 16 famílias, com 78 pessoas. As casas são espalha-

das, conforme reza a tradição Guarani. A infraestrutura se resume a uma escola provisória e uma pequena sala, bastante precária, para atendimento de saúde. Partes das paredes do “postinho” estão se desfazendo e foram “socorridas” por taquaras Guarani, que escondem os enormes buracos abertos pelas chuvas. Renato da Silva Mariano, ou Werá Mirim, é professor em Pindoty, onde já foi cacique. Explica que já são “18 anos de luta” e que a precariedade da escola e do postinho é exemplo da falta de benefício, porque a terra não está demarcada.

Este cenário precário se repete em quase todas as aldeias do Vale do Ribeira. O governo do estado de São Paulo constrói escolas e postinhos provisórios, alegando que, sem a solução fundiária, não pode atender às comunidades, que reivindicam melhores serviços, incluindo instalações de água potável e saneamento. O mesmo mantra negativo se repete em diversas aldeias, com algumas prefeituras utilizando a desculpa para justificar até a falta de manutenção das estradas de acesso às comunidades, transtorno grave em caso de atendimento médico de emergência.

Em Pindo-Ty não há casos de desnutrição infantil grave, como em quase todas as aldeias da região. A agricultura de subsistência é complementada pelos programas sociais e garantem a saúde das crianças, que, cumprindo a sina Guarani, brincam animadamente nos quintais, sempre em grupo, sobem nos pés de goiaba e transformam tudo em brinquedo. Os maiores problemas dos pequenos são gripes e a verminose, por falta de saneamento. Somente algumas casas possuem banheiro e a água vem, em geral, diretamente da fonte, sem tratamento.



“Se todo mundo se conhecesse realmente, se respeitasse realmente, a gente não estaria nesse conflito de pensamento, conflito de disputa de espaço. Porque o mundo foi feito para se viver. Não para se conflitar com o povo existente. Nós, indígenas, e o povo em geral, todo mundo quer viver bem, quer viver com a família, com a comunidade. Mas não é respeitado, não se respeita. E nós, Guarani, a gente se respeita. Por isso que a cada terra que é formada, cada aldeia não é de uma pessoa. A aldeia é pra viver o povo, pra criar os filhos. As crianças que vêm, sempre vão pensar assim. É diferente da sociedade, que não se respeita, que o que consegue é dele, é de uma propriedade, de uma pessoa. Pra nós não existe propriedade, existe a área que é de todos.”

Renato da Silva Mariano, o Werá Mirim

“Desde o princípio, não estamos pedindo nossa terra inteira. Não precisam devolver todas as nossas terras indígenas, mas que garantam territórios que pleiteamos, pra haver garantia de permanência e perpetuidade da tradição Guarani. Queremos só o suficiente para nossos filhos, nossos netos continuarem a viver e praticar nossa cultura. Pra nós, a terra não foi feita com porteira.”

Saulo Guarani, ou Kuaray Xunu

Renato/Werá Mirim conta que a situação da terra é semelhante a das outras do Vale do Ribeira: “A terra que sobrou pra gente é muito fraca pra plantar. Só dá o que é daqui mesmo: palmito, frutíferas; dá pra produzir para consumo da comunidade, das crianças. Com os benefícios sociais, aposentadoria, pagamento dos funcionários, dá pra gente fazer um planejamento”.

O professor da Aldeia Pindo-Ty sonha com melhorias, após a demarcação. “Com a terra resolvida, vai ter estrutura melhor. A gente pode pensar em criar projetos pra comunidade, como plantação daqui da região, como palmito pupunha, que podemos plantar em grande escala pra ajudar no orçamento. Hoje não dá, só fazemos plantação pra consumo da comunidade, como banana, cana, mandioca, milho”. As palavras de Renato revelam o espírito de seu povo: “O Guarani é incansável e é muito paciente também. O jeito de ser Guarani é isso: esperar. Mas esperar não parado, sempre tem movimento”.

A Aldeia Araçá-Mirim, da TI Pindo-Ty tem 16 famílias, com 80 pessoas. O cacique Paulo Cavanha explica que a situação é semelhante à da aldeia Pindoty. Reclama da escola provisória e da falta espaço pra fazer a merenda, pois não há cozinha. Mas comemora a mudança da alimentação fornecida às crianças, que agora é natural. “Foi uma luta da comunidade”. Antes, a comida das crianças, na escola, era enlatada, muito distante dos valores Guarani, onde o alimento orgânico e o trato natural da terra são fundamentais.

Plantar, colher, caçar são rituais sagrados, conforme o cacique explica: “A caça nossa é controlada, de acordo com a tradição Guarani. Tem a época de caça e a época que não caça. Não é caça com espingarda, com armamento; a gente faz armadilha. Controlamos pra não acabar a caça. Vivemos conforme o jeito de ser Guarani. Temos casa de reza, falamos aqui só a nossa língua. As crianças crescem praticando os costumes nossos, mantendo a tradição”.

Iguape

Na Terra Indígena Ka’aguy Hovy, em Iguape, há três aldeias pequenas dos Guarani-Mbyá: Itapuã e Itape e Jejty, na enseada da Toca do Bugio. Próxima ao bairro de Icapara, essa TI não demarcada é de grande beleza, a caminho do paraíso ecológico da Juréia. As aldeias são cercadas de Mata Atlântica, mas há muitas moradias de caiçaras próximas e, cada vez mais, surgem novas construções de casas de veraneio.

No *tekoha* Jejty pelo menos oito famílias, com vinte pessoas, vivem de acordo com o modo tradicional, plantando para subsistência e vendendo artesanato em Iguape. No *tekoha* Itapuã vivem 12 famílias, com 70 pessoas. Não há conflito com a vizinhança, apesar de 30 famílias não indígenas viverem no território tradicional e muitos visitantes circularem na área, atraídos pela pesca e pela Área de Proteção Ambiental (APA) no alto do morro.

Marcílio da Silva, ou Karai Tatá Endy, vive em Itapuã, “terra revelada por *Nhanderu* num sonho”. É cacique há dez anos, além de rezador (*Xeramôï*). Apesar da inexistência de problemas de convivência com os vizinhos, ele diz que estão preocupados com a falta de urgência no processo de demarcação, pois, a cada ano chegam mais famílias *jurua*, que compram lotes na área. Ele se queixa: “A gente tá cercado. Agora já tem casa até na entrada da aldeia. A gente tem que passar por meio das casas (quintais) dos *jurua* pra chegar na aldeia”.

O líder político e espiritual faz questão de dizer que vivem de acordo como o modo de ser Guarani (*Nhandereco*). Entre eles, falam somente a própria língua, plantam para a subsistência e fazem artesanato com o material que retiram da APA, onde também caçam. Reclama que os animais estão escassos e há pouco palmito na mata. Pensando no futuro, lutam pela demarcação de mais de três mil hectares “para garantir a nossa área, pra viver sossegado, porque tem muita



Um rio, muita carência, diversas comunidades

A diversidade das populações e a riqueza ambiental e cultural marcam a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, nos estados do Paraná e São Paulo. Próxima a Curitiba e São Paulo, a região enfrenta a ameaça de projetos e empreendimentos de infraestrutura para geração de energia e abastecimento de água das duas metrópoles. Esse patrimônio é também alvo de mineradores e monocultores.

O Rio Ribeira nasce no Paraná, a aproximadamente 100 km de Curitiba. Cheio de contrastes, passa pelos maiores trechos remanescentes de Mata Atlântica, por cavernas turísticas e pequenas cidades. A região tem um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e é considerada um dos “bolsões de miséria” do país.

O Rio Ribeira do Iguape vai se avolumando pelos seus diversos afluentes nos 470 km de extensão onde, nas margens, vivem ameaçados por projetos de barragens, pequenos agricultores, comunidades Guarani e caiçaras, além de pelo menos 50 comunidades remanescentes de quilombos. Após cruzar a Serra do Mar, o rio serpenteia até o oceano, em Barra do Ribeira, povoado da histórica cidade paulista de Iguape.

Essa região ao sul do estado de São Paulo e leste do Paraná ganhou o nome de batismo emprestado da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Conhecida pela exuberante beleza natural, abriga 63% dos 7% que restou da Mata Atlântica remanescente no Brasil, além de importantes faixas de restinga e manguezais. Em seus parques e reservas sobreviveram mais de dez mil espécies, entre fauna e flora, e essa diversidade fez com que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) declarasse a mata remanescente como reserva da biosfera.

As áreas naturais do Vale do Ribeira foram historicamente protegidas pelas comunidades de pescadores, indígenas, quilombolas e caiçaras. Excluídas da participação nos lucros dos principais ciclos econômicos ao longo de quinhentos anos – ouro e outros minérios, e cultivos do arroz, café, chá e banana – essas comunidades ainda resistem ao avanço sobre suas terras e mantêm seus modos tradicionais de vida.



“Essas áreas aqui, do Paraguai e vai subindo até Porto Seguro, é território Guarani. Por isso toda cidade por aqui pelo litoral tem nome Guarani. O bairro, a cidade, os lugares. Não quero ser melhor de ninguém, não quero enganar ninguém. Mas uma coisa certa é que o povo Guarani não veio de tal lugar, não é estrangeiro. Não estamos em lugar que não é nosso”

Luís Eusébio, Karay Djaguaká Werá

→ criança, muito adulto. É preciso demarcar pra respeitar a área indígena, as lideranças”. Ciente de que um longo processo vem pela frente, após o estudo fundiário inicial, concluído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) há três anos, diz que “ficamos preocupados porque cada governo é de um jeito”.

A TI Guaviraty, no bairro Subauma, a 30 km de Iguape, conta com uma aldeia. Paulo Morinico é cacique da Aldeia Guaviraty há cinco anos, onde vivem sete famílias, com 38 pessoas. Falta posto de saúde, mas há uma escola na área, com comida natural, graças às lutas deles. O alimento fornecido pela prefeitura é um apoio, afirma ele, pois a terra é “fraquinha”, arenosa, por causa da proximidade da praia. As duas TIs de Iguape, Ka’aguy Hovy e Guaviraty, também estão em estudos de identificação desde 2010, já concluídos, aguardando a sua publicação pela presidência da Funai.

Miracatu

No município de Miracatu há três TIs: Ambá Porã e Djaiko-aty, com aldeias com o mesmo nome, e a TI Ka’aguy Mirim, com a Aldeia Uruity. Todas elas já tiveram seus estudos de identificação e delimitação concluídos, só aguardando a assinatura da presidência da Funai. O cacique Saulo Ramires, ou Saulo Guarani (Kuaray Xunu), é vice-diretor da escola provisória do *tehoka* Ambá Porã, que abriga 18 famílias, com 83 pessoas e conta com três professores indígenas.

O Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) reconheceu parte de Ambá Porã como terra indígena. No entanto doou metade da área a moradores antigos, dois anos depois, gerando conflitos de entendimento. “Os *jurua* (maioria bananicultores) falam que a terra é deles. Mas temos o entendimento que é nossa”. Levantamento atual indica que há 27 famílias *jurua* nessa TI. Mas o governo do estado diz que nada pode ser feito sem o reconhecimento dela pela Funai. Enquanto isso, problemas se arrastam. Um deles, provocado pelo excessivo uso de produtos químicos nos bananais, causa vômito, diarreia e náuseas nas crianças. “O problema não foi solucionado por causa da falta de reconhecimento da TI, diz Saulo, mas “foi abrandado através de encaminhamentos nossos pra dialogar com eles, contra a intoxicação”. Essa negociação de sucesso resume o poder da palavra entre os Guarani: “Não somos povo de briga, de agressão. Somos um povo que dialoga... Até por isso estamos um pouco atrasados, em termos de conquistas territoriais”, avalia o vice-cacique, enfatizando que “seguiremos com esse ritual de aprendizagem”.

A aldeia de Ambá Porã é banhada pelo Rio São Lourençinho, afluente do Rio Ribeira de Iguape. Num trecho do rio há extração de areia por mineradoras, provocando erosões e desgaste e Saulo reclama que “já não temos como praticar banho, pesca. A gente sente falta disso. Uma parte da região foi muito aberta, com muitas clareiras”. No entanto, enfatizando a fama de Guarani incansáveis, conta que pediram mudas e, com o apoio da

Funai, estão reflorestando a área, plantando palmeira, palmito, frutíferas, árvores silvestres, para repovoar e atrair animais. “Dará certo, sim. Hoje já ouvimos o canto de tucanos, de aves que fazia tempo que a gente não ouvia”.

O *tekoha* Ambá Porã conta com diversos córregos. Apesar disso, as moradias, muito próximas, não podem ser expandidas, o que está longe do modo tradicional Guarani. Saulo reclama que não tem condições de plantar o que é necessário. “A terra é grande, mas quando vamos plantar o vizinho (*jurua*) reclama que não podemos roçar, nem fazer mais casas. Para evitar os conflitos, até a casa de reza (*Opy*) foi feita bem pequena e a escola e o postinho serão refeitos ainda em pré-moldados. Sem poder erguer a escola em local adequado, por conta da falta de regularização da TI, optaram por adiar a construção permanente, para evitar conflitos com os vizinhos, apesar do espaço não comportar bem as 33 crianças matriculadas.

À beira da BR 116, que liga São Paulo a Curitiba, no município de Miracatu, está a TI Djaiko-aty. Na aldeia com o mesmo nome, que significa “lugar onde nós vivemos”, habitam pelo menos 40 pessoas de famílias Guarani-Nandeva (que se autodenominam Tupi-Guarani).



Fotos: M. de Freitas

A TI Ka’aguy Mirim conta com uma aldeia, a Uruity, e está localizada nos municípios de Miracatu e Pedro de Toledo. São nove famílias, com 28 pessoas. Seu cacique, Wilson Fernandes Euzébio, é o único professor da escola. A aldeia conta com uma *Opy* e uma escola de material pré-moldado, e não tem postinho. A falta de demarcação da área dificulta a situação, pois não podem caçar e pescar porque os supostos donos não deixam. O acesso à área é difícil porque a estrada, a apenas 1 km da BR 385, é precária, porque “a prefeitura não quer saber de índio”, de acordo com Wilson. Há atendimento à saúde, mas, para ele, “falta muita coisa”.

De acordo com o cacique de Uruity, há 28 *jurua* nessa TI, a maior parte sem titulação das áreas. Sem autorização para passar nos quintais dos “donos das terras”, fazem pouco artesanato, por falta de material. Utilizam adubo natural, à moda Guarani, mas a área de plantio é insuficiente. Por isso acabam dependendo de programas sociais do governo. O pouco que conseguem plantar é compartilhado e colhem palmito para vender. Wilson sonha com a terra demarcada para conseguir melhorias e desenvolver projetos sustentáveis, como a plantação de mudas de palmito, laranja e do milho Guarani verdadeiro.

Cananéia

Este município, com a Ilha do Cardoso, na região do baixo Vale do Ribeira, conta com duas terras indígenas, que têm três aldeias. A TI Pakurity, com as aldeias Pakurity e Takurity, teve 5.730 hectares delimitados pela Funai. A TI Tapyi ou Rio Branquinho, com a aldeia Tapyi, ainda espera o despacho de delimitação.

No *tekoha* Pakurity, ou aldeia da Ilha do Cardoso, vivem 16 Mbyá. No *tekoha* Takurity, onde Arlindo Ribeiro é cacique, vivem 18 famílias, com 78 pessoas, há uma escola provisória e uma casinha precária utilizada como postinho de saúde. Não há problemas de saúde mais graves nessa região de praia, mas a proximidade da área urbanizada assusta. Trinta barracas de pescadores estão na área reivindicada pelos indígenas. São vizinhos



Aldeia Takuari, em Eldorado:
 "Terra ideal, com bastante
 benefícios da natureza"

pobres, mas também há casas de veraneio, ou estruturas para pesca. A demarcação evitaria problemas causados pelos pescadores que transitam pelo meio da aldeia, muitos em motos, ameaçando a segurança das crianças. A convivência não é conflitante, mas até roubo da placa solar do programa Luz para Todos já ocorreu na área. O cacique Arlindo sonha com a demarcação da área "pra gente poder fazer algo mais dentro da comunidade; fazer a roça, mais moradias, pra vir mais famílias que estão querendo vir".

O professor Marcos Lima, liderança jovem do *tekoha Tapy'i* ou Aldeia Rio Branquinho, conta que os indígenas plantam para o consumo, caçam e conseguem retirar material para artesanato, mas enfrentam problemas para garantir o atendimento à saúde, com o difícil acesso à aldeia.

A falta de demarcação emperra a proposta de mudança do lugar da aldeia: "Não gostamos do lugar onde estamos hoje. Colocamos nossas casas em outro lugar que achamos melhor, para formar outra aldeia, pra facilitar até o acesso pra gente, mas tem parque ao lado e não conseguimos".

Sete Barras

No município de Sete Barras está a TI Peguaoty, com uma aldeia de mesmo nome, onde vivem 25 famílias, com 120 pessoas. A Funai delimitou e identificou 6.230 hectares. Mas, enquanto a demarcação física é questionada, "o sofrimento é parecido com todas as aldeias do Vale não demarcadas", segundo o velho líder Luís Eusébio, ou Karay Djaguaká Werá. "Dependendo da vontade política e de nós fazermos mais pressão pra sair a demarcação física, vamos poder construir mais coisas pra comunidade, como casa com banheiro, ter água potável com a instalação de mangueiras, caixa d'água, escola boa e posto de saúde".

Com sorte por não terem conflitos com invasores – apenas dois sítios e uma fazendinha abandonada estão na área –, enfrentam problemas desde a criação do Parque Intervales. Questionando a exigência de autorização do estado para caçar ou utilizar a área por causa dessa unidade de conservação, Luís Eusébio diz que "nós, indígenas, é que estamos preocupados que acabe de vez a caça e o palmito. Nós é que não queremos que destruam mais do que está destruído, que não poluam mais do que está poluído. Sempre nós é que estamos preocupados em defender a terra, não o Estado".

O filho de Luís/Karay, Orlando Eusébio, também está na luta pela demarcação física da área. "Nosso sonho é garantir nossa terra, nossa vivência e garantir sempre nossa cultura, tradição milenar. Garantir a nossa casa de reza, que no momento não temos mais, e fazer a nossa roça tradicional. Por ser um parque, até o momento não podemos fazer uma roça grande, somos proibidos de fazer construção".

A TI Itapu Mirim, nos limites entre os municípios de Registro, Sete Barras e Eldorado, conta com uma aldeia de Guarani-Nandeva. Dessa aldeia nova, cujos habitantes também se autodenominam de Tupi, a Funai ainda não fez relatório de identificação e delimitação da terra.

Eldorado

A situação da TI Takuari, com uma aldeia com o mesmo nome, difere da maioria das áreas indígenas do Vale do Ribeira. A terra, com 2.190 hectares, foi comprada pelo Departamento de Estradas e Rodagens S/A (Dersa) há três anos para compensar perdas dos Mbyá, com a construção do Rodoanel, próximo à superpopulosa aldeia Tenondé Porã, em Parelheiros, bairro de São Paulo. Escolhida com cuidado, a terra é fértil e 80% da área é preservada. Os morros são uma profusão de verdes e na parte plana estão as casas, as plantações, as árvores frutíferas. O Rio Ribeira do Iguape banha a área e, mais acima, passa o Rio Taquari, com muito peixe.

Timóteo da Silva, ou Werá Tupã Popyguá, é professor e cacique há três anos. Paramentado e com uma borduna com coruja na ponta, que indica a sabedoria (*tiurá*), conta a história da aldeia onde vivem trinta famílias com 100 pessoas. Plantam milho tradicional, batata-doce (*jetty*), cana, bastante mandioca, tendo boa qualidade de vida, pois estão "na terra ideal, com bastante benefícios da natureza".

Em Takuari há escolas para os anos iniciais e para o ciclo dois e ensino médio, com 34 alunos matriculados e sete professores. O edifício é provisório, mas sonham com a construção de acordo com a realidade Guarani, tendo, além das salas de aula, espaço para a cultura e onde os anciãos e a anciãs, além dos pais e mães, tenham maior participação no ensino. Para isso, estão elaborando um Projeto Político Pedagógico (PPP) próprio.

O vice-cacique de Takuari, Ataíde Gonçalves Vilar, cuida das articulações políticas fora da aldeia e é conselheiro de saúde na região. Tem como meta a negociação com os poderes públicos para obter benefícios para as comunidades, o que não é fácil quando a terra não está demarcada. Mas ele se diz um sonhador e aposta na juventude para reforçar a batalha. "Através dos jovens, no trabalho coletivo que a gente tem, de valorização cultural, da identidade cultural... a luta onde o jovem tem que estar na linha de frente, para entender, dar valor à luta que os mais velhos já tiveram".

Para formar novas lideranças e valorizar os jovens do Vale do Ribeira, os Guarani decidiram formar um grupo grande de *Xondaro*, que já é uma realidade cultural dos Guarani-Mbyá em outras áreas. Além das apresentações de canto e dança, o grande *Xondaro Tenonderá* vai reforçar a participação dos jovens na linha de frente na luta pela demarcação. "Serão nossos guerreiros da paz, um grupo tático, mas da paz", conclui Ataíde. ♦

À espera da assinatura

Estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a identificação e a delimitação de nove terras indígenas do Vale do Ribeira foram concluídos em 2012. Onze aldeias destas terras foram incluídas nessa primeira fase de estudos para a demarcação das áreas.

Das nove terras analisadas por três Grupos de Trabalho da Funai, duas, com três aldeias, tiveram os Relatórios Circunstanciais de Identificação e Delimitação publicados. São as TI Pakurity, de Cananéia/Ilha do Cardoso, com 5.730 hectares, e TI Peguaoty, com 6.230 hectares e uma aldeia, no município de Sete Barras. Os estudos das outras sete áreas estão finalizados, à espera da aprovação, pela Funai em Brasília, para publicação no Diário Oficial da União. No entanto, não há previsão de data para esta primeira assinatura, necessária para que o processo de demarcação siga e haja a delimitação física dessas terras indígenas. Na conturbada conjuntura política nacional, esse processo depende mais ainda de pressão e das rezas dos indígenas do Vale do Ribeira.

Duas TIs do Vale do Ribeira não foram incluídas nesses estudos da Funai. A TI Itapu Mirim, localizada nos municípios de Registro, Sete Barras e Eldorado, com uma aldeia de mesmo nome. E a TI Takuari, com uma aldeia, no município de Eldorado, que tem título definitivo de propriedade.

“O nosso ensinamento, a nossa sabedoria é benevolente. Nada justifica a violência física. A gente se orienta através da palavra. A palavra nos conduz a lutar, a viver, a sobreviver e viver. Nós acreditamos que não pode ser agredida. É preciso tomar cuidado com as palavras, não agredir verbalmente. A nossa palavra talvez agrida de uma forma tão irreversível... Na nossa cultura a gente não pode falar mal um do outro. Você tem que ter sempre um diálogo pra apaziguar e ter equilíbrio, pra conseguir aquilo que é benéfico pra comunidade”

Timóteo da Silva, ou Werá Tupã Popyguá



“A retomada de suas terras é a única opção”, avalia relatora da ONU

Assessoria de Comunicação

A Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, concluiu sua visita ao Brasil em 17 de março. Em uma entrevista coletiva, em Brasília, apresentou suas impressões sobre a situação dos povos indígenas no país e expôs uma prévia das recomendações que devem constar de seu relatório final, que será divulgado em setembro. A relatora manifestou preocupação com os retrocessos nos direitos dos povos indígenas no Brasil e com a violência e as graves violações que vêm ocorrendo.

Entre as principais recomendações da relatora estão o respeito efetivo à autodeterminação e ao direito de consulta aos povos indígenas, o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), a retomada das demarcações pelo governo federal, a garantia de segurança para lideranças indígenas ameaçadas e a possível criação de um Inquérito Nacional para investigar as violações que os indígenas vêm sofrendo e oferecer reparações.

Victoria Tauli-Corpuz esteve nos estados do Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará, além de Brasília, entre 10 e 17 de março, reunindo-se com comunidades indígenas, autoridades e organizações da sociedade civil, para conhecer um pouco da realidade dos povos indígenas no país e conferir o cumprimento das recomendações de seu antecessor, James Anaya.

“Em termos gerais, minha primeira impressão, após esta visita, é de que o Brasil possui uma série de disposições constitucionais exemplares em relação aos direitos dos povos indígenas, e que, no passado, o país deixou patente sua liderança mundial no que se refere à demarcação dos territórios indígenas”, afirmou Victoria Tauli-Corpuz.

“Nos oito anos que se seguiram à visita de meu predecessor, [...] houve retrocessos extremamente preocupantes na proteção dos direitos dos povos indígenas”, ressaltou a relatora, no resumo do relatório, distribuído à imprensa. “Os riscos enfrentados pelos povos indígenas estão mais presentes do que nunca desde a adoção da Constituição de 1988”.

Na “declaração de fim de missão”, apresentada na Casa da ONU em Brasília, a relatora relata as principais atividades durante sua visita ao Brasil e suas principais impressões. Destaca uma série de situações, de omissões e de ações diretas dos diferentes poderes do Estado brasileiro que geram insegurança e colocam em risco os direitos dos povos indígenas.

Ameaças aos direitos indígenas

A relatora elencou diversas situações que colocam sob risco os direitos constitucionais dos povos indígenas no Brasil. Entre elas, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, a introdução,

em julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF), do “marco temporal” que restringe direitos dos povos indígenas a suas terras e recursos naturais, a interrupção dos processos de demarcação de terras indígenas e a falta de consulta sobre políticas, leis e projetos que têm impacto sobre os povos.

“Mesmo onde os povos indígenas possuem terras demarcadas na região amazônica, eles não desfrutam do efetivo controle sobre seus recursos devido às crescentes invasões e atividades ilegais, tais como mineração e extração de madeira”, afirma Victoria. A consultora da ONU destacou ainda o desaparecimento de línguas indígenas como um desafio a ser enfrentado pelos povos.

Ataques e violência

Victoria Tauli-Corpuz manifestou grande preocupação com os ataques violentos que têm acontecido no Brasil inteiro, com incidência ainda maior em dois dos estados que visitou, Bahia e Mato Grosso do Sul. A relatora atenta para o vínculo que existe entre a morosidade na demarcação das terras tradicionais indígenas e o aumento da violência e do conflito.

Para Victoria, “os atrasos consideráveis na demarcação e a rápida destruição da capacidade de sustento de suas terras vêm, efetivamente, forçando os povos indígenas a

uma situação na qual a retomada de suas terras, antes da conclusão dos processos de demarcação, é a única opção para garantir sua sobrevivência física e cultural em longo prazo.”

No Mato Grosso do Sul, pelo menos três ataques a tiros aconteceram em comunidades do povo Guarani e Kaiowá, logo após a visita da relatora. Em Kurusu Ambá, um ataque de pistoleiros ocorreu no mesmo dia da visita dela. Em Ita Poty, um indígena foi baleado no dia 12 e um rezador foi atingido por uma bala de borracha dois dias depois. “Eu condeno enfaticamente tais ataques e conclamo o governo a pôr um fim a essas violações de direitos humanos, bem como investigar e processar seus mandantes e autores”, disse Victoria.

A relatora destacou ainda que, na Bahia, ouviu dos indígenas que visitou “relatos detalhados de práticas de tortura e prisões arbitrárias” e “um padrão sistemático de ameaças e intimidação”.

Ao mesmo tempo em que os indígenas passam por um processo de criminalização, ainda mais acentuado em função da Lei Antiterrorismo, recentemente sancionada pela presidente da República, Victoria aponta que a impunidade daqueles que os atacam fomenta estas práticas. “A impunidade permite que a prática de violência pelas seguranças privadas, pistoleiros e forças estatais permaneça inalterada”.

Demarcações paralisadas e ameaças de despejo

As reintegrações de posse e as ameaças constantes de novos despejos que os indígenas enfrentam cotidianamente geram insegurança para os povos indígenas no Brasil, segundo Victoria Tauli-Corpuz. Durante sua visita ao Brasil, os Guarani e Kaiowá da Terra Indígena Taquara, no Mato Grosso do Sul, e os Pataxó da Terra Indígena Comexatiba, no extremo sul da Bahia, tiveram reintegrações de posse anunciadas.

“Preocupa-me sobretudo a apresentação distorcida da mídia e de outros atores que retratam os povos indígenas como detentores de grandes extensões de terra, em comparação com suas populações, quando, na verdade, é o setor do agronegócio que detém um percentual desproporcional do território brasileiro”, afirma a relatora.

Em sua visita ao Pará, a relatora da ONU conheceu de perto a situação de alguns dos povos atingidos pela usina hidrelétrica Belo Monte e também ouviu o povo Munduruku, que enfrenta risco de ter terras alagadas por outro projeto estratégico do governo federal, a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Em relação aos grandes projetos do governo federal, Victoria manifestou preocupação com o desrespeito a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de consulta prévia, livre e informada a respeito de qualquer projeto que afete os povos indígenas. ♦

“Com frequência, os ataques e assassinatos constituem-se em represálias em contextos nos quais os povos indígenas reocuparam terras ancestrais depois de longos períodos de espera da conclusão dos processos de demarcação”, considera a relatora



Victoria Tauli-Corpuz
Relatora da ONU

Estudante indígena é agredido em Porto Alegre

Na madrugada de 19 de março, Nerlei Kaingang, estudante indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi agredido por um grupo de rapazes em frente à moradia estudantil, no centro de Porto Alegre (RS). Segundo o relato do indígena Kaingang, que é cotista e estuda Medicina Veterinária, os jovens insultaram de forma racista ele e outro indígena que o acompanhava, que é seu sobrinho.

A agressão foi filmada pelas câmeras de segurança da universidade e mostra os indígenas passando por um grupo de homens. No vídeo, é possível ver que, após passar duas vezes pelo grupo, o indígena dá meia volta e se dirige a eles. Após alguns minutos de discussão, os homens começam a agredir os indígenas. Segundo os Kaingang agredidos, em pelo menos dois momentos os agressores disseram “o que esses indígenas estão fazendo aí?”, questionando a presença indígena na casa do estudante.

Depois das covardes agressões feitas por um grupo de pelo menos seis homens, Nerlei perdeu os sentidos e foi socorrido pelo sobrinho, que o acompanhava e conseguiu se esquivar dos agressores, como pode-se ver no vídeo. No dia 22, um boletim de ocorrência foi registrado e um inquérito para investigar as agressões e o crime de racismo foi aberto pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. O indígena também já fez exame de corpo de delito, cujo laudo deve ficar pronto em breve.

Segundo testemunhas ouvidas pelo advogado de Nerlei, Onir Araújo, os agressores seriam todos estudantes, a maioria

deles do curso de engenharia da UFRGS, e pelo menos dois estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

O Kaingang agredido está bastante abalado com a situação e não está frequentando as aulas de seu curso. Além disso, Onir conta que ele vem sendo vítima de uma campanha de difamação feita pelos agressores. Ele também destaca que houve negligência na defesa e na prestação de socorro a Nerlei. “A segurança da casa do estudante, que funciona 24 horas, não fez nada e só entrou em contato com a direção da casa para relatar o ocorrido na segunda-feira”, afirma Onir. ♦



Foto cedida pelos indígenas

A situação de racismo e preconceito contra estudantes cotistas na UFRGS não é uma novidade, mas chegou a uma situação extrema

Racismo: deputados não aceitam depoimento de Terena na língua materna

Assessoria de Comunicação Cimi Mato Grosso do Sul

Numa cena de racismo arrepiante, parlamentares que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Genocídio inviabilizaram o depoimento do indígena Paulino Terena, da terra indígena Pillad Rebuá, no dia 31 de março. Ele é a liderança de uma das principais retomadas Terena em Miranda (MS), região do Pantanal, e fala sobre as pressões da vida na reserva e os ataques que ele e a comunidade vêm sofrendo no acampamento onde moram desde 2013.

Paulino foi convocado a depor na CPI na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Optou por dar seu depoimento em sua língua materna. Mesmo com a presença de intérprete, os deputados Paulo Correa (PR), Mara Caseiro (PSDB) e Professor Rinaldo (PSDB) opuseram-se veementemente, inviabilizando a contribuição do indígena, acusando ele e a intérprete Terena, a professora e mestre em educação Maria de Lourdes Elias, da aldeia Cachoeirinha, de mentirem sobre compreenderem ou não a língua portuguesa.

“É nos chamar de palhaços ter que transcorrer toda a nossa CPI com depoimento em Terena! Eu não entendo

Terena! O senhor entende, deputado Paulo Correa? O senhor entende, deputado Rinaldo?”, gritava Mara Caseiro. “(...) se ele tá no Brasil, nós precisamos ouvi-lo em português!”. Correa chegou a apresentar vídeos em que Paulino dá entrevistas em português, como prova da má-fé do depoente.

Ilegalidade

“Não interessa se ele fala português ou não, é prerrogativa dele falar no idioma materno”, explica o indígena Terena e advogado do Conselho Indigenista Missionário, Luiz Henrique Eloy. “Se o deputado obrigar ele falar português, comete constrangimento ilegal”.

“A liderança é vítima de vários atentados, mas saiu da Assembleia Legislativa como réu”, comenta Eloy. “O artigo 231 da Constituição garante o respeito à cultura e à língua; o artigo 210 autoriza o uso da língua materna nas escolas... O artigo 193 do Código de Processo Penal e o artigo 12 da Convenção 169 da OIT asseguram o uso do idioma materno nos procedimentos judiciais. Como esses parlamentares podem simplesmente ignorar isso?”, questiona Eloy. ♦

Pauta Indígena

3/3

• “O Matopiba significa a morte e nós lutamos em defesa da vida”

7/3

• Relatora especial da ONU para direitos indígenas inicia visita ao Brasil

8/3

• Em reunião no Congresso, relatora da ONU manifesta preocupação com retrocesso dos direitos indígenas no Brasil

9/3

• Fazendeiros tentaram impedir encontro de relator da ONU com indígenas Guarani e Kaiowá em 2008

10/3

• Em plena visita da ONU, Justiça ordena despejo de comunidade Guarani e Kaiowá

11/3

• Acampamento Guarani e Kaiowá sofre ataque a tiros após visita da ONU
 • Agropecuarista foi condenada a devolver vantagens obtidas com plantio em terra indígena no RS

14/3

• Indígena é baleado em retomada Guarani e Kaiowá
 • Por transporte escolar, estudantes e professores Tupinambá ocupam a Seduc
 • Relatora da ONU pedirá uma investigação sobre as violações dos direitos indígenas no Brasil

15/3

• Aldeias Pataxó podem ser despejadas a qualquer momento por ação do governo federal

16/3

• Ministério da Justiça deve se manifestar sobre demarcação de Taunay-Ipegue em 15 dias
 • Rezador é baleado com tiro de borracha em Dourados, no MS
 • Povos Indígenas de Roraima: “Enquanto houver insistência, haverá resistência”

17/3

• “Os riscos enfrentados pelos indígenas estão mais presentes do que nunca desde a Constituição de 1988”
 • CPI do Cimi: vereador Terena desmonta versão de delegado da PF
 • “Se nos querem fora de nossa terra e mata sagrada, tragam caixões”, diz povo Pataxó

18/3

• Justiça Federal suspende despejo contra Pataxó no extremo sul da Bahia

21/3

• Povos e comunidades tradicionais: violências, temores e caminhos

23/3

• Contaminação causada por mercúrio na água chega a 92,3% entre o povo Yanomami

26/3

• Saúde indígena: direito de consulta ou disputa pela indicação de cargos?

28/3

• “Há muito tempo alertamos sobre racismo contra nós, mas as universidades têm sido omissas”

29/3

• Ação em defesa das águas e da vida reúne povos indígenas e comunidades tradicionais em Araguaína (TO)
 • Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe cria Conselho de Segurança Comunitário Indígena

31/3

• Saúde Indígena: o desafio de uma nova transição
 • Os índios isolados e os indignados

Os tempos da história Kayowá

Autora conta o passado dos Kaiowá, mas também o passado “a la Kaiowa”, à maneira desse povo: uma história que, longe de ser letra morta ou motivo de lamentos, é um impulso para o futuro, uma direção a seguir, um canto à vida.

Leda Bosi, Documentalista

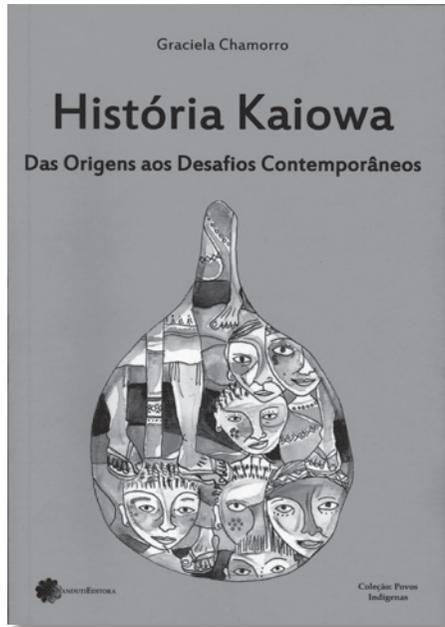
O livro *História Kaiowa - Das Origens aos Desafios Contemporâneos* retrata os acontecimentos relativos a este povo desde a chegada dos colonizadores. Para a autora, Graciela Chamorro, a consequência do confronto deixou os Kaiowá em condições extremamente desfavoráveis, tornando-se quase impossível a concretização daquilo que esse povo considera seu Bem Viver.

Frente aos acontecimentos patrocinados pelos portugueses, os Kaiowá costumam dividir sua história em três períodos: *ymã guare*, *sarambi* e *tempo de direito*. O “primeiro tempo” - *ymã guare*, ou “antiguidade”, é o tempo de antes, das coisas boas. É caracterizado pela autonomia e liberdade em seu território. Os eventos fundadores da cultura Kaiowá fazem parte desse período. Os Kaiowá se veem nesse tempo como seres semelhantes aos Seres Criadores. Seus corpos são enfeitados, *ojegua*; de suas bocas saem boas palavras *ne’engatu*; os principais momentos de suas vidas são protegidos pelos mesmos rituais celebrados nas origens: a revelação do nome da criança, a colocação do enfeite labial nos meninos e a festa do milho novo.

O tempo transcorre na vida humana como sucessivas fases de aquisição de sabedoria, bom entendimento, boa ciência. Com a ênfase nesse “primeiro tempo” os Kaiowá criam uma referência que contrasta com os eventos e o sentimento do “segundo tempo”, o *sarambi*. Denominado como “bagunça, espalhamento compulsório”, esse tempo é caracterizado pelo início da influência e dependência da sociedade e do Estado na região e a dispersão dos Kaiowá no território brasileiro.

Vários fatores foram responsáveis por essa situação, entre eles as reduções jesuíticas e os ataques dos bandeirantes, que levaram milhares deles a São Paulo e ao Rio de Janeiro, onde foram vendidos como escravos e outras formas de servidão. Outro fato histórico importante foi a participação dos indígenas na Guerra do Paraguai. A primeira e a última fase dessa guerra se deram em pleno território Kaiowá, e esta ocupação significou drástica interferência na região, com aldeamentos devastados, que provocaram nova dispersão.

Este episódio foi seguido por uma frente econômica, a exploração da erva-mate, pela Companhia Mate Laranjeira, que intensificou a mobilidade indígena no âmbito de suas grandes áreas, ou *tekoha guasu*, à medida que os indígenas precisavam seguir os empresários/fazendeiros para novas áreas de cultivo. O contato, antes intermitente, passou a ser contínuo e, com a perda da autonomia no uso do território, impôs-se a submissão colonial.



História Kaiowa
 – *Das Origens aos Desafios Contemporâneos*
 Graciela Chamorro
 Nhanduti Editora, São Bernardo do Campo, 2015. 320 pg

Ao recuperar o retrato histórico nos períodos monárquico e republicano, a autora mostra como o contato dos Kaiowá com a sociedade brasileira foi mediado por políticas que favoreceram os membros das elites – tanto econômicas como políticas, que ainda se afazendaram nas terras indígenas do antigo sul de Mato Grosso e usaram a mão de obra indígena nas diferentes práticas econômicas, acarretando novas formas de interferência na liberdade Kaiowá. Outras fazendas foram implantadas, significando a perda lenta e progressiva do território pelos indígenas. Teve início, então, a situação que perdura até hoje: a grande quantidade de acampamentos que abrigam os Kaiowá expulsos de suas terras tradicionais e continuam a lutar para recuperar o território a que têm direito.

Neste “segundo tempo”, os Kaiowá indicam muito vagamente que têm memória de acontecimentos anteriores à Guerra do Paraguai. As lembranças mais frequentes são as dos últimos anos de atuação da Companhia Mate Laranjeira. Assim, para os Kaiowá, o marco entre o primeiro e o segundo tempo é a ocupação da terra pelos “novos proprietários”, quando passaram a ter mais dificuldades para continuar vivendo como antes. Os tempos antigos e o mundo mítico gozam de uma supremacia sobre os tempos históricos propriamente ditos e servem como uma espécie de pano de fundo sobre o qual transcorrem os acontecimentos mais recentes.



O discurso mítico-histórico dos Kaiowá é uma espécie de crítica à sociedade real, do segundo tempo e, nesse sentido, sua metafísica é combativa e política, por sustentar de forma verossímil para a comunidade que outro mundo é possível, por afirmar que há destinos alternativos a viver às margens do capitalismo global ou brasileiro. Nesse sentido, sua interpretação da história não é apolítica, pois seus mitos emprestam imagens, linguagem e sentido às suas bandeiras de luta política. Temos como exemplo o poder mobilizador das assembleias político-religiosas, *Aty Guasu*, nas últimas décadas.

O tempo presente é de tensão e desequilíbrio entre os Kaiowá, a sociedade e o Estado. O último, comprometido com o capitalismo agropecuário, não consegue fazer cumprir a Constituição Federal de 1988 que reconhece aos povos indígenas seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Esta é a fase da luta sob o amparo da Constituição e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As experiências do primeiro tempo estão diretamente conectadas com as expectativas atuais do *tempo de direito*, expressas como refundar e recuperar a terra.

Além de mapas e ilustrações sobre a cultura Guarani, a publicação registra a situação fundiária das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Apresentando o tamanho e a situação atual dessas áreas, o livro contém informações complementares sobre as datas de criação das reservas e modificações ocorridas após regularizações fundiárias. ♦

Assine o **PORANTIM**

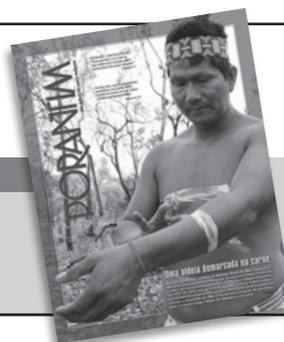
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60 * Com a assinatura de apoio
 Ass. dois anos: R\$ 100 você contribui para
 Ass. de apoio*: R\$ 80 o envio do jornal
 América Latina: US\$ 50 a diversas comunidades
 Outros países: US\$ 70 indígenas do país

Impactos da “Economia Verde” sobre as mulheres e as florestas

As mulheres cumprem um papel fundamental na conservação e nas lutas pela defesa das florestas, da água e dos territórios. A mal denominada “Economia Verde”, enraizada no sistema capitalista patriarcal, gera e aprofunda as injustiças de gênero, com impactos especiais e diferenciados sobre as mulheres.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

A Berta Cáceres e ao povo Lenca:
 A luta continua!

Nos últimos anos, as discussões “oficiais” sobre a importância das florestas ganharam notoriedade a ponto de, em 2013, a Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) decidir lançar o Dia Internacional das Florestas, com o objetivo de conscientizar sobre sua importância. Contudo, as discussões não estão centradas na abordagem das causas diretas e subjacentes do desmatamento, e sim no contrário. As florestas e a diversidade biológica que elas abrigam foram reduzidas a um conjunto de elementos, “serviços ecossistêmicos”, aos quais foi atribuído um valor econômico que permite ampliar a escala e a magnitude dos negócios. Esse processo é conhecido como “Economia Verde”¹ e é intensificado pela definição equivocada de florestas usada pela ONU e pela FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação], que não as distingue dos monocultivos de árvores².

“Economia Verde” não significa transformar a atual economia em outra, não prejudicial, que respeite as florestas e, portanto, reconheça a importância dos povos que dependem delas. Pelo contrário, seus promotores buscam algo muito diferente. As florestas da “Economia Verde” reforçam a noção colonialista de pretender “conservar” uma coleção de espécies que devem permanecer sem interação humana. A negação do papel que durante milhares de anos cumpriram os povos das florestas em sua conservação afeta em especial às mulheres. São precisamente elas que têm um papel fundamental na conservação e no uso tradicional da floresta, na transmissão do conhecimento tradicional, no abastecimento de alimentos, água e remédios para as comunidades. Além disso, elas têm um papel preponderante nas lutas de resistência em defesa de seus territórios.

A propagação dos projetos de compensação, como o Redd+ [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal] e os mecanismos de compensação de biodiversidade, nos quais as empresas poluidoras responsáveis pelo desmatamento podem continuar com suas atividades argumentando que estão “compensando” a destruição gerada, foi facilitada pela “Economia Verde”. Assim, as florestas são colocadas a serviço da mesma economia opressiva e patriarcal que continua inalterada, com sua seqüela de destruição.

E o que aconteceu com as mulheres nesse impulso da “Economia Verde”?

Os projetos de “conservação”, como o Redd+, costumam impor às comunidades inúmeras restrições no uso tradicional das florestas, argumentando que esse uso tradicional é o principal responsável pelo desmatamento. Enquanto isso, permitem expandir a exploração de petróleo, gás e minérios, as plantações industriais de monocultivos, a construção de megarodovias e represas, entre outros.

Os projetos e os programas do tipo Redd+ já demonstraram como, em sua maioria, alteraram drasticamente a vida das comunidades que dependem das florestas, sendo impostos sem a devida consulta, muito menos



Marcello Casati Jr./Agência Brasil

consentimento, e as privando do acesso a territórios e florestas vitais para sua sobrevivência³. As comunidades que têm convivido com as florestas por incontáveis gerações enfrentam leis, regulamentos e contratos que buscam proibi-las de continuar com suas tradições, formas de sustento e estilos de vida. Além disso, aquelas comunidades que enfrentam a crescente exploração capitalista devem seguir confrontando o despojo, a poluição e a violência que ela implica. Nesse contexto, as mulheres são muito afetadas.

O atual sistema patriarcal atribuiu às mulheres os papéis de prover a alimentação, realizar as tarefas domésticas e cuidar da família. A proibição e a restrição do uso da floresta implicam uma maior carga de trabalho e mais dificuldades para levar adiante as tarefas de agricultura de subsistência, coleta de água e remédios, etc. Além disso, o aumento na carga de trabalho limita ainda mais a possibilidade de as mulheres participarem ativamente de processos de tomada de decisões, que são importantes para a vida delas e nas quais elas deveriam ter participação. A Aliança Global de Povos Indígenas e Comunidades sobre a Mudança Climática e Frente ao Redd+ aponta que “está claro que o Redd+ constitui-se em uma nova forma de violência contra a mulher, pois limita ou proíbe o acesso delas à terra onde cultivam, colhem alimentos ou obtêm água para suas famílias”⁴, atividades que estão, em sua grande maioria, nas mãos das mulheres nas comunidades rurais do mundo, sem esquecer que as mulheres também possuem menos, herdando menos e, em geral, têm menos acesso a bens da comunidade.

Outro impacto negativo específico sobre as mulheres que já foi gerado pelos projetos da “Economia Verde” é o aumento da violência por parte da polícia que empresas ou Estados contratam para a vigilância desses projetos. Há numerosos relatos de mulheres sobre a violência que a polícia exerce ao irromper nas casas, portando armas e sem autorização⁵.

Ao atacar a soberania alimentar, o território e a autonomia das comunidades, ataca-se diretamente o papel vital das mulheres.

A lógica da “Economia Verde” aumenta os interesses econômicos e políticos sobre os territórios. Enquanto, por um lado, os mecanismos de compensação facilitam as atividades extrativas, de plantações, represas, infraestrutura, etc, intensificando a destruição, a tomada das florestas pelos projetos de “conservação”, que abrigam “serviços ecossistêmicos” visados pelo capital, aumenta ainda mais a pressão sobre os territórios. Em consequência, também aumentaram os conflitos e as lutas de

resistência diante dessa dupla tomada de terras. Isso, por sua vez, deu lugar à militarização e ao uso de tecnologias como satélites ou drones, e a medidas especiais de vigilância e supervisão sobre as comunidades que vivem em zonas florestais qualificadas como provedoras de “serviços ecossistêmicos”, o que aumenta significativamente a violência.

As mulheres são tão centrais aos processos de resistência frente à “Economia Verde” quanto àqueles de construção de outros caminhos rumo a uma transformação radical, solidária e reivindicatória. Como bem afirmou Berta Cáceres, lutadora e defensora do território e do povo Lenca:

“Em nossas cosmovisões, somos seres surgidos da terra, da água e do milho. Nós, o povo Lenca, somos guardiães ancestrais dos rios, que também são resguardados pelos espíritos das meninas, que nos ensinam que dar a vida de múltiplas formas pela defesa dos rios é dar a vida pelo bem da humanidade e deste planeta... Nossas consciências serão sacudidas pelo fato de estarmos apenas contemplando a autodestruição baseada na depredação capitalista, racista e patriarcal”.

São incontáveis os exemplos de organizações e lutas guiadas pela força das mulheres – mulheres que andam juntas, aprendendo e construindo solidariedades, e criando formas de luta e resistência criativa e valente.

Nós nos solidarizamos com as lutas das mulheres em defesa das florestas e dos territórios. ♦

1 Ver o Boletim 222 do WRM: “Economia Verde, dando imunidade a criminosos”: www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-economia-verde-dando-imunidade-a-criminosos/

2 Ver o vídeo do WRM sobre a promoção da FAO pelo Dia Internacional das Florestas: www.wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/em-relacao-a-agua-as-plantacoes-tambem-nao-sao-florestas/

3 Ver o livro do WRM, REDD, uma coleção de conflitos, contradições e mentiras: www.wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/

4 www.iearth.org/global-alliance-of-indigenous-peoples-and-local-communities-on-climate-change-against-redd-and-for-life/

5 www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/economia-verde-no-brasil-mulheres-relatam-os-impactos-do-projeto-redd-da-spvs-e-de-uma-area-protegida-da-fundacao-botucario/

Maninha Xukuru-Kariri, grande guerreira

Benedito Prezia, Historiador

Nas lutas indígenas nem sempre as mulheres aparecem em primeiro plano. Destacam-se, quase sempre, os homens, que se tornam os “enfrentantes” nos conflitos ou os interlocutores junto às autoridades oficiais. Entretanto, uma das figuras femininas que se destaca bastante na história recente das lutas indígenas é Etelvina Santana da Silva, mais conhecida como Maninha Xukuru-Kariri.

Filha do pajé Antônio Celestino, sempre acompanhou as lideranças de seu povo, em Alagoas, na luta pela terra. Uma disputa que remonta ao século XVIII. Em 1773, dona Maria Pereira Gonçalves, herdeira da sesmaria dos Burgos, doou meia légua em quadra ao frei Domingos de São José para a capela do Senhor Bom Jesus da Boa Morte. Os ricos da época faziam doações para pagar promessas.

Com a possibilidade de terem de deixar a terra onde viviam, os Xukuru-Kariri descobriram que tinham direito a uma légua de terra para seu sustento, nessa área, conforme alvará régio de 1700. Entraram, então, com um pedido junto ao governador de Alagoas, solicitando a aplicação do alvará. A decisão só veio quase cinquenta anos depois, em 1822, reconhecendo o direito deles à terra.

Apesar da lei, os indígenas não conseguiram se apropriar da área. No final do império, por pressão dos fazendeiros que interpretavam erradamente a Lei de Terras, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras declarou o aldeamento extinto, em 1871.

Apesar da falta da terra, os Xukuru-Kariri permaneceram no local, trabalhando para os fazendeiros. Mas a maneira tradicional de viver ainda era mantida, incluindo a prática dos rituais. Graças a isso e ao empenho do padre Dâmaso e do antropólogo Carlos Estevão, a comunidade foi reconhecida como indígena em 1952, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Desse modo, surgiu a Fazenda Canto, com 277 hectares, mas que representava apenas 4% do território tradicional.

Em 1979, o pajé Miguel Celestino e o cacique Manoel Celestino souberam que o prefeito de Palmeira dos Índios estava negociando a área denominada Mata da Cafurna, reivindicada pelo povo, visando a implantação de uma faculdade ligada a empresários japoneses. Percebendo o golpe, as lideranças resolveram antecipar-se e ocuparam o local, com a ajuda dos parentes que viviam na Fazenda Canto e na Cafurna de Baixo. E, assim, o prefeito se viu obrigado a negociar com a Fundação Nacional do Índio (Funai) a venda de 117 hectares. No entanto, essa pequena conquista era insuficiente para acolher toda a comunidade que crescia e as lideranças continuaram pressionando pelo reconhecimento da área tradicional.

Maninha Xukuru-Kariri cresceu nesse clima de luta pelo reconhecimento da terra de seus ancestrais. Dividida entre estudar em Recife ou ficar na aldeia, para apoiar seu povo, decidiu permanecer na comunidade.

O fato de não terem tido o reconhecimento de toda a terra tradicional foi decisivo para a divisão dos Xukuru-Kariri. Um grupo permaneceu na Fazenda Canto, e outro, liderado pelo pai de Maninha, o pajé Antônio Celestino, foi para a Mata da Cafurna. Era a maneira de pressionar a prefeitura para oficializar a doação daquela

importante área, considerada Reserva Ecológica. A conquista da terra possibilitaria não só a ampliação das roças, mas, principalmente, um espaço para a realização do Ouricuri, importante período de afastamento religioso, numa volta à cultura tradicional.

Em 1991, quando surgiu a Comissão Leste-Nordeste para articular as lutas indígenas da região, o nome de Maninha foi lembrado. Entrava para a coordenação ao lado de destacados líderes, como Xicão e Zé de Santa (Xukuru de Ororubá), Gírleno (Xokó), Nailton e Manuelzinho (Pataxó Hã-Hã-Hãe), Jonas (Tupinikim) e Caboquinho (Potiguara).

Quando a comissão se tornou a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (Apoime), em 1995, Maninha foi eleita para a coordenação. Era a única mulher e passou a colocar a questão de gênero nas lutas indígenas. Discreta, mas atuante, conquistava espaço real entre as lideranças masculinas. Viajou muito pelos vários estados do Nordeste, mas não se esqueceu da comunidade.

Ela tinha se destacado, em 1994, por ocasião da retomada da Mata da Jibóia, área dentro da terra indígena original, em que uma fazenda estava sobreposta. Era a terceira retomada de terras, totalizando 154 hectares, e que contou com o apoio de vários povos da região, como os Kariri-Xokó, Tingui-Botó, Karapotó, Pankararu e Xukuru de Ororubá. Ameaçada de morte, Maninha dizia: “Não quero morrer, mas não posso viver fugindo. Vou ficar com meu povo”.

De fato, com um grupo, ocupou a casa da fazenda, aguardando os jagunços e um possível conflito. Passou a noite com uma borduna nas mãos, atrás da porta dos fundos. Ao amanhecer, foi constatada a desistência do enfrentamento e a área passou a integrar a terra reivindicada.

Assim era Maninha... Apesar de envolvida na luta de seu povo, conseguiu tempo para cursar filosofia numa faculdade de Palmeira dos Índios. Repartiu muita coragem e sabedoria, forjada mais na luta do que na academia. É o que evidencia um belo texto seu, escrito por ocasião dos protestos dos 500 anos da chegada dos colonizadores ao Brasil e registrado no livro, *Outros 500, Construindo uma Nova História*:

“Os povos indígenas, os sem terra, os sem teto, os desempregados, os meninos e as meninas de rua, os trabalhadores escravos, os aposentados desrespeitados em sua dignidade, toda a população marginalizada, têm uma bandeira única para os Outros 500, que é a transformação desse sistema que nos oprime. Nossos direitos e ideais fazem parte dos projetos de uma sociedade melhor para todos.

Nós, povos indígenas, passaremos mais 500 anos, se preciso for, dizendo a todos os excluídos esta verdade. E, quando todos nós estivermos unidos em torno desta causa, os governantes não serão mais ninguém, apenas uma névoa que um dia manchou a história desta terra e o horizonte desta gente.

Nós, oprimidos, vamos corrigir essa história e construir um mundo melhor para os nossos filhos e também para os filhos de quem nos têm oprimido, uma sociedade justa para todos!”.

Por falta de atendimento médico adequado, morreu precocemente em 11 de outubro de 2006. Mas continua viva, Maninha guerreira, exemplo de luta para as novas gerações!² ♦

1 In: CIMI, *Outros 500, construindo uma Nova História*, 2001

2 Fontes: LACERDA, Rosane. “O assassinato do cacique Xukuru”, *Porantim*, nº 170, nov. 1994, p. 5-6. Id. “Adeus, grande guerreira Xukuru-Kariri”, *Porantim*, nº 290, nov. 2006, p. 10. PEIXOTO, José Adelson, “Memórias e imagens em confronto. Os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá”. João Pessoa: Univ. Federal da Paraíba (UFPb), 2013.

